



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 – PROPOSIÇÃO DE LEI

2 - ATAS

2.1 - 59ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Gabinete Militar do Governador pelos 50 anos de sua fundação

2.2 - Reunião de Comissões

3 - ORDENS DO DIA

3.1 - Plenário

3.2 - Comissões

4 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

4.1 - Plenário

4.2 - Comissões

5 - PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



PROPOSIÇÃO DE LEI

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.900

Declara de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Vale do Aço, com sede no Município de Coronel Fabriciano.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.901

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Lassance.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Bela Vista, com sede no Município de Lassance.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.902

Declara de utilidade pública a Associação Maria do Carmo, com sede no Município de Ubá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Maria do Carmo, com sede no Município de Ubá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.903

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Penedo e Adjacências - ACP -, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Penedo e Adjacências - ACP -, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.904

Declara de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ponte Santana - APPRPS -, com sede no Município de Itamarandiba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Ponte Santana - APPRPS -, com sede no Município de Itamarandiba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.905

Declara de utilidade pública a Associação de Moradores e Moradoras do Bairro Sion, com sede no Município de João Monlevade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação de Moradores e Moradoras do Bairro Sion, com sede no Município de João Monlevade.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.906

Declara de utilidade pública a Associação do Centro Social do Bairro Boa Vista, com sede no Município de João Monlevade.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação do Centro Social do Bairro Boa Vista, com sede no Município de João Monlevade.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.907

Declara de utilidade pública a Associação Ciência e Cultura de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Ciência e Cultura de Nova Lima, com sede no Município de Nova Lima.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.



Deputado Dinis Pinheiro – Presidente
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.908

Declara de utilidade pública a entidade Obras Sociais Allan Kardec Paz e Amor, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Obras Sociais Allan Kardec Paz e Amor, com sede no Município de Araxá.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 outubro de de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.909

Declara de utilidade pública a Associação das Mulheres Rurais do Povoado de Graçópolis, com sede no Município de Imbé de Minas.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação das Mulheres Rurais do Povoado de Graçópolis, com sede no Município de Imbé de Minas.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.910

Declara de utilidade pública a Associação Assistência Social Amor e Fé – Asafe –, com sede no Município de Governador Valadares.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Assistência Social Amor e Fé – Asafe –, com sede no Município de Governador Valadares.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.911

Dá nova redação ao art. 1º da Lei nº 11.685, de 16 de dezembro de 1994, que declara de utilidade pública o Asilo São Vicente de Paulo de Araxá, com sede no Município de Araxá.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O art. 1º da Lei nº 11.685, de 16 de dezembro de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Recanto do Idoso de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Araxá.”.

Art. 2º – A ementa da Lei nº 11.685, de 1994, passa a ser: “Declara de utilidade pública a entidade Recanto do Idoso de São Vicente de Paulo, com sede no Município de Araxá.”.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.912

Declara de utilidade pública a Associação Artística e Assistencial Glenda Linhares – AGL –, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:



Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Artística e Assistencial Glenda Linhares – AGL –, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.913

Declara de utilidade pública a entidade Capítulo Areias Brancas de Formiga nº 406 da Ordem DeMolay, com sede no Município de Formiga.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Capítulo Areias Brancas de Formiga nº 406 da Ordem DeMolay, com sede no Município de Formiga.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.914

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Residencial Visão, com sede no Município de Lagoa Santa.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária do Bairro Residencial Visão, com sede no Município de Lagoa Santa.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.915

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária e do Produtor Rural dos Ferreiras, com sede no Município de Capela Nova.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária e do Produtor Rural dos Ferreiras, com sede no Município de Capela Nova.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.916

Declara de utilidade pública a entidade Projeto Espaço Vivo, com sede no Município de Belo Horizonte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a entidade Projeto Espaço Vivo, com sede no Município de Belo Horizonte.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.917

Declara de utilidade pública o Centro Comunitário Integração do Bairro UDR, com sede no Município de Nanuque.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Centro Comunitário Integração do Bairro UDR, com sede no Município de Nanuque.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.



Deputado Dinis Pinheiro – Presidente
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.918

Declara de utilidade pública o Instituto Beneficente Casa da União – Núcleo Divinópolis, com sede no Município de Divinópolis.
A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarado de utilidade pública o Instituto Beneficente Casa da União – Núcleo Divinópolis, com sede no Município de Divinópolis.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.919

Declara de utilidade pública a Associação Cultural, Ambiental e Desportiva Pinheirense – Ascad –, com sede no Município de João Pinheiro.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Cultural, Ambiental e Desportiva Pinheirense – Ascad –, com sede no Município de João Pinheiro.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.920

Declara de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores do Serrote, com sede no Município de Lambari.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação dos Moradores e Agricultores do Serrote, com sede no Município de Lambari.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.921

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro das Indústrias - ACMBI -, com sede no Município de Bom Sucesso.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária dos Moradores do Bairro das Indústrias - ACMBI -, com sede no Município de Bom Sucesso.

Art. 2º -Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente
Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.922

Declara de utilidade pública a Associação Batista de Amparo Social e Cultural – Abasc –, com sede no Município de Belo Oriente.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica declarada de utilidade pública a Associação Batista de Amparo Social e Cultural – Abasc –, com sede no Município de Belo Oriente.

Art. 2º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente



Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário
Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.923

Institui o Selo Amigo do Esporte.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituído o Selo Amigo do Esporte, a ser conferido a entidades com personalidade jurídica de direito privado, públicas ou privadas, que apoiem a realização de projetos de promoção do desporto.

Parágrafo único – Para efeito de concessão do selo de que trata esta lei, será considerado o apoio a projetos de promoção do desporto nas áreas de desporto educacional, desporto de participação e desporto de rendimento não profissional, definidas nos termos do art. 3º da Lei federal nº 9.615, de 24 de março de 1998.

Art. 2º – A entidade agraciada com o Selo Amigo do Esporte poderá utilizá-lo na divulgação de seus produtos ou serviços.

Art. 3º – O Selo Amigo do Esporte terá validade por um ano, renovável a critério do órgão encarregado de sua concessão.

Art. 4º – As empresas que apoiarem projetos esportivos nos termos da Lei nº 16.318, de 11 de agosto de 2006, terão direito à utilização do Selo Amigo do Esporte, nos termos desta lei.

Parágrafo único – Para a obtenção do selo de que trata esta lei, as empresas a que se refere o *caput* deverão manifestar seu interesse por meio de requerimento ao órgão encarregado de sua concessão.

Art. 5º – O órgão encarregado da concessão do selo e os critérios para tal concessão serão determinados em regulamento.

Art. 6º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.924

Fixa o percentual da revisão anual dos vencimentos e proventos dos servidores do Ministério Público do Estado referente ao ano de 2013.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O valor dos multiplicadores a que se refere o item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999, que contém a Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos dos servidores do Ministério Público do Estado, modificado pela Lei nº 18.800, de 31 de março de 2010, fica reajustado, a partir de 1º de maio de 2013, em 6,49% (seis vírgula quarenta e nove por cento), nos termos do art. 37, X, da Constituição da República.

Parágrafo único – Em virtude da aplicação do índice previsto no *caput*, o quadro de multiplicadores da Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos constante no item IV.2 do Anexo IV da Lei nº 13.436, de 1999, modificado pelo Anexo II da Lei nº 18.800, de 2010, passa a vigorar na forma do Anexo desta lei.

Art. 2º – O disposto nesta lei não se aplica ao servidor inativo cujos proventos tenham sido calculados nos termos dos §§ 3º e 17 do art. 40 da Constituição da República e sejam reajustados na forma prevista no § 8º do mesmo artigo.

Art. 3º – A implementação do disposto nesta lei observará o previsto no art. 169 da Constituição da República e as normas pertinentes da Lei Complementar federal nº 101, de 4 de maio de 2000.

Art. 4º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário

ANEXO

(a que se refere o parágrafo único do art. 1º da Lei nº , de de de 2013)

“ANEXO IV

(a que se refere o art. 9º da Lei nº 13.436, de 30 de dezembro de 1999)

Tabela de Escalonamento Vertical de Vencimentos

(...)

IV.2 – Multiplicadores

Padrão	Valor



MP-01 ao MP-44	R\$ 993,25
MP-45 ao MP-60	R\$ 977,10
MP-61 ao MP-79	R\$ 962,30
MP-80 ao MP-98	R\$ 939,42

PROPOSIÇÃO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 137

Altera a Lei Complementar nº 54, de 13 de dezembro de 1999, que dispõe sobre a organização básica do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais – CBMMG – e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – O § 5º do art. 15 da Lei Complementar nº 54, de 13 de dezembro de 1999, passa a vigorar com a redação que segue, e fica o artigo acrescido do seguinte § 6º:

“Art. 15 – (...)

§ 5º – Os cargos de Chefe de Seção do Estado-Maior são privativos de Tenentes-Coronéis, com atribuições definidas em regulamento próprio.

§ 6º – O cargo de Subchefe do Estado-Maior é privativo de Coronel da ativa do QOBM, com atribuições definidas em regulamento próprio.”

Art. 2º – O *caput* do art. 20 da Lei Complementar nº 54, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação, e fica acrescentado ao artigo o § 3º, a seguir:

"Art. 20 – São seis os Comandos Operacionais de Bombeiros, cuja localização é definida em regulamento.

(...)

§ 3º – Os Comandos Operacionais de Bombeiros a que se refere o *caput* se localizarão em municípios que sejam sedes de região integrada de segurança pública – Risp.”

Art. 3º – O art. 22 da Lei Complementar nº 54, de 1999, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 22 – A Academia de Bombeiros Militar – ABM – é unidade responsável pela formação, pelo aperfeiçoamento e pela especialização de Bombeiros.”

Art. 4º – Fica autorizada a criação de unidades do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais nos Municípios de Nova Serrana, Três Marias, João Pinheiro e Paracatu.

Art. 5º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio da Inconfidência, em Belo Horizonte, aos 31 de outubro de 2013.

Deputado Dinis Pinheiro – Presidente

Deputado Dilzon Melo – 1º-Secretário

Deputado Neider Moreira – 2º-Secretário



ATAS

ATA DA 59ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 7/11/2013

Presidência do Deputado Ivair Nogueira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Palavras do Deputado João Leite - Entrega de Placa - Palavras do Cel. PM Luís Carlos Dias Martins - Palavras do Cel. PM Márcio Martins Sant'ana - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Ivair Nogueira - Arlen Santiago - Dalmo Ribeiro Silva - João Leite - Luiz Henrique.



Abertura

O presidente (deputado Ivair Nogueira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Gabinete Militar do Governador pelos 50 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Cel. PM Márcio Martins Sant'ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; Cel. PM Luís Carlos Dias Martins, chefe do Gabinete Militar do Governador; vereador Coronel Piccinini, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; e Eduardo Generoso, assessor para assuntos interinstitucionais da Defensoria Pública de Minas Gerais, representando a defensora pública-geral, Andréa Abritta Garzon; a Exma. Sra. Rosilene Alves de Souza, delegada-geral, representando a Polícia Civil; e os Exmos. Srs. Cel. PM Divino Pereira Brito, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. BM Ezequiel Silva, diretor de assuntos institucionais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; e deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Registramos a presença em Plenário do Sr. Heli Siqueira de Azevedo, superintendente regional do Trabalho e Emprego em Minas Gerais, substituto, representando também a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho e Emprego; e do Sr. Victor Hugo Martins Madeira, diretor adjunto do Sesc, representando o diretor Rodrigo Penido Duarte.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será executado pelo Conjunto de Cordas da Polícia Militar.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Palavras do Deputado João Leite

Exmos. Srs. deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa; Cel. PM Márcio Martins Sant'ana, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando o governador Antonio Anastasia; Cel. PM Luís Carlos Dias Martins, chefe do Gabinete Militar do governador; vereador Coronel Piccinini, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Eduardo Generoso, assessor para assuntos interinstitucionais da Defensoria Pública de Minas Gerais, representando Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral do Estado de Minas Gerais; Rosilene Alves de Souza, delegada-geral, representando a Polícia Civil; Cel. PM Divino Pereira Brito, chefe do Estado Maior da Polícia Militar de Minas Gerais; senhoras e senhores; é com muito prazer que estamos nós, deputados da Assembleia Legislativa, representando o povo de Minas Gerais nesta homenagem tão merecida ao Gabinete Militar do governador, a nossa querida Defesa Civil, a nossa Polícia Militar do Estado de Minas Gerais. É uma alegria receber essa corporação tão querida na Assembleia Legislativa, estar com amigos tão queridos como o Cel. Sant'ana; o Cel. Brito, que serviu esta Casa por muito tempo; e o Cel. Martins, este grande amigo de toda a Assembleia Legislativa. É uma alegria para todos nós a presença de todos da nossa Polícia Militar. Ao vê-los, sentimos como todos têm sido tão importantes para o nosso Estado, cada um servindo em uma das nossas regiões.

Eu, daqui, vejo muitos rostos e penso na importância de todos, na importância da nossa Defesa Civil. O Cel. Martins está dizendo: "Está chovendo". E sempre nos lembramos da nossa Defesa Civil neste momento, tão importante para a nossa população. Nosso Estado é a caixa d'água do Brasil, abundante nas suas chuvas, generoso na água que, muitas vezes, traz riscos para a nossa população.

Em nome dos meus colegas, dos meus companheiros deputados e deputadas, quero honrar a nossa Defesa Civil, a nossa Polícia Militar, animá-los para esse trabalho tão duro que realizam, bem como o nosso bombeiro militar, que é tão importante. Tenho ficado muito impressionado ao ver constantemente, durante todos esses anos, os nossos bombeiros nas estradas desencarcerando, tirando pessoas das ferragens. É impressionante como as estradas têm trazido tanta dor, mas temos a presença permanente dos nossos bombeiros nelas, ajudando as pessoas.

Esta é uma noite de muita alegria para todos nós da Assembleia Legislativa. Trouxe algumas palavras escritas para falar, mas não posso perder a oportunidade de homenagear a nossa Polícia Militar, a Defesa Civil e os bombeiros militares pelo trabalho que têm realizado. Impressiono-me cada vez mais, em cada região de Minas Gerais onde vou com a Comissão de Segurança Pública, com as respostas de alguns policiais aos anseios de todos nós. Outro dia, numa cidade do interior, onde fomos discutir a questão da violência, um sargento disse: "A população tem o número do meu celular, que fica ligado durante 24 horas. Ela sabe que pode ligar para mim". Fiquei emocionado.

Ele colocou, acima de tudo, o profissionalismo e o serviço às pessoas. Em alguns momentos, ele fez isso até em relação à família. Então quero homenageá-los e reconhecer o trabalho que realizam, dizendo que na Assembleia todos estamos torcendo para vocês, que são do nosso time. Independentemente das cores de alguns, vocês são do nosso time. Queremos que vençam sempre.

Ao longo desses 50 anos, o Gabinete Militar do Governador, bem ao jeito mineiro de ser, de forma discreta, tem prestado um inestimável serviço a Minas Gerais e aos mineiros, especialmente através da nossa Defesa Civil. Criado em 1963 pelo governador Magalhães Pinto para ser um órgão com as atribuições de prestar assistência policial militar e ajudância de ordens ao chefe do Executivo Estadual, em 1971 foi reestruturado pelo governador Israel Pinheiro, que lhe atribuiu a responsabilidade de proporcionar segurança ao governador do Estado e aos palácios governamentais. Formou-se então um corpo de segurança, composto de militares à paisana para acompanhar o governador do Estado e criou-se a Companhia de Guardas Governamental para prestar uma segurança especializada aos palácios.



No ano de 1977, o governador Aureliano Chaves sancionou a Lei nº 7.157, dando ao GMG um novo perfil, ao incorporar à sua estrutura a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, permitindo que a Cedec passasse a ser vinculada a um órgão da administração direta do Estado. Anteriormente, a Defesa Civil era um órgão colegiado. A atual estrutura, que conta com cerca de 300 profissionais civis e militares, foi estabelecida pela Lei Delegada nº 180, de 20/1/2011. Justamente nesse tempo vivemos as chuvas. É interessante que temos aqui dois deputados acompanhando a reunião, o deputado Arlen Santiago e o deputado Dalmo Ribeiro Silva. O deputado Arlen Santiago é do Norte de Minas, e imagino que ele veio a esta reunião por causa do Gabinete Militar e da Defesa Civil, e também da seca. O deputado Dalmo Ribeiro Silva, de Ouro Fino, Pouso Alegre e região, veio por causa das cheias. Quero quebrar um pouco o protocolo e dar um aparte, nesta minha fala, aos deputados, para que também tenham a oportunidade de homenagear o Gabinete Militar do Governador, o nosso querido Cel. Martins. Deputado Arlen Santiago.

O deputado Arlen Santiago - Esta homenagem muito iluminada, deputado João Leite, lembrou esses que sempre estão à frente de todos os perigos. Vemos na Polícia Militar talvez uma das instituições mineiras de maior credibilidade. Sabemos que, chegando a Polícia Militar, as coisas serão consertadas. Temos uma história com o Gabinete Militar. Sou sobrinho de uma pessoa, o Cel. Vicente Gomes da Mota, que foi do Gabinete Militar do governador Rondon Pacheco e depois se tornou comandante-geral. Quando menino, aprendemos sempre a admirar essa corporação. Fico muito alegre, caro Cel. Piccinini, por ser membro honorário da União dos Militares Reformados.

Cumprimento todos da Mesa: o Cel. Sant'ana; o nosso amigo Cel. Brito, da nossa Lassance e representante do Norte de Minas no alto comando; e o diplomata e nosso amigo Cel. Martins, de tantas e tantas coisas boas feitas por Minas Gerais e pelo Norte de Minas e que hoje comanda, com muita capacidade, o Gabinete Militar. Terminando nossa fala, queremos dizer que Tancredo Neves disse que Minas Gerais tem um compromisso com a liberdade. Esta só é possível por causa da melhor Polícia Militar do Brasil: a Polícia Militar de Minas Gerais.

O deputado João Leite - Obrigado, deputado Arlen Santiago. Gostaria também de ouvir o deputado Dalmo Ribeiro Silva.

O deputado Dalmo Ribeiro Silva - Muito obrigado, caríssimo deputado João Leite, por essa deferência tão especial. Quero cumprimentá-lo de forma muito efusiva. Tive a honra de ser um dos signatários desta justa homenagem que V. Exa. encabeça nesta noite solene, para que, juntos, possamos comemorar os 50 anos do Gabinete Militar do Estado de Minas Gerais.

Caríssimos Cel. Martins e Cel. Sant'ana, venho do meu Sul de Minas, da minha querida Ouro Fino - e tenho a honra de ver nas galerias pessoas tão importantes, que tanto trabalharam para a nossa cidade, a exemplo do nosso Cel. Martins - para manifestar, em nome da nossa região, da nossa Pouso Alegre, onde o querido Cel. Sant'ana também comandou o 20º Batalhão, os nossos mais sinceros agradecimentos por tudo o que a nossa polícia e a nossa Defesa Civil têm feito pelas nossas cidades. Caríssimos amigos da nossa querida polícia, da nossa Defesa Civil, militares, tive a honra, a alegria maior e uma emoção muito grande ao participar também de uma solenidade tão bonita quanto esta no Minascentro. Pude constatar o mesmo sentimento no coração daqueles governadores que, ao longo da história, participaram ativamente como altos mandatários do governo. Ouvi do nosso querido Rondon Pacheco que o Gabinete Militar representava os olhos e o coração do governador. Então, com essas palavras, quero fazer a minha homenagem nesta noite bonita, em que passamos essa folha de trabalho e de reconhecimento do povo mineiro. Em nome do meu Sul de Minas, uno-me a V. Exa. nesta noite memorável em que o Plenário abre as suas portas para homenagear essa instituição que dá orgulho ao povo mineiro e ao povo do Brasil. Parabéns, deputado João Leite!

O deputado João Leite - Agradeço aos deputados Arlen Santiago e Dalmo Ribeiro Silva a grande contribuição que trouxeram a esta homenagem que fazemos ao Gabinete Militar do governador. Quero encerrar minha fala dizendo que tem me impressionado muito a maneira como o Cel. Martins tem feito os trabalhos no Gabinete Militar, o seu entendimento permanente com a Assembleia Legislativa, a sua capacidade de unir todos nesse trabalho tão importante. Essa capilaridade da nossa Polícia Militar é fundamental para enfrentarmos alguns acontecimentos, assim como a presença da nossa Polícia Militar junto ao governador. Nos momentos de mais sofrimento da nossa população, é com a Defesa Civil que contamos, e é o Gabinete Militar do governador que mobiliza todas as estruturas do Estado em favor da nossa população.

As nossas grandes empresas, como a Copasa e a Cemig, todas as secretarias, todos os envolvidos no chamado do Gabinete Militar do governador têm dado historicamente uma resposta muito firme ao drama que a população de Minas Gerais vive, especialmente nos tempos chuvosos. Fez bem a Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais em homenagear o Gabinete Militar do governador e, ao fazê-lo, homenagear a nossa Polícia Militar, a Defesa Civil, os bombeiros militares, enfim, todos que se envolvem na defesa da vida da população de Minas Gerais. Parabéns ao Gabinete Militar do governador, ao Cel. Martins e a todos. Muito obrigado pela presença.

Entrega de Placa

O locutor - Neste instante o deputado Ivair Nogueira, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega ao Cel. Luís Carlos Dias Martins, chefe do Gabinete Militar do governador, de placa alusiva a esta homenagem. A placa a ser entregue contém os seguintes dizeres: "Principal elo entre o chefe do Executivo e as autoridades militares, o Gabinete Militar do governador tem como função precípua gerir a segurança governamental e as ações da Defesa Civil. Ética, comprometimento, disciplina, transparência, estratégia e lealdade são valores intrínsecos à estrutura desse importante órgão da administração do Estado; são princípios que alicerçam e viabilizam o pleno exercício das funções dos representantes do poder público, além de contribuírem para o fortalecimento do governo de Minas Gerais. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais presta justa homenagem ao Gabinete Militar do governador pelos 50 anos de relevantes serviços prestados ao nosso estado".

O presidente - Gostaria de convidar o deputado João Leite para participar da entrega da honrosa placa ao gabinete do governador. Convido também os deputados Dalmo Ribeiro Silva e Arlen Santiago para participar da entrega.

- Procede-se à entrega da placa.



Palavras do Cel. PM Luís Carlos Dias Martins

Boa noite, senhoras e senhores. Gostaria de cumprimentar os Exmos. Srs. deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, neste ato representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa; deputado João Leite, nobre amigo e autor do requerimento que deu origem a esta homenagem; e deputados Dalmo Ribeiro Silva e Arlen Santiago, nossos amigos, aos quais agradeço a presença e as palavras que enaltecem a todos que integram o Gabinete Militar.

Quero cumprimentar também o Exmo. Sr. Cel. Márcio Martins Sant'ana, comandante-geral da Polícia Militar, neste ato representando o Exmo. Sr. Governador Antonio Anastasia; o vereador Coronel Piccinini, presidente do Clube dos Oficiais e neste ato representando o presidente da Câmara Municipal de Belo Horizonte; o Sr. Eduardo Generoso, assessor para assuntos institucionais da Defensoria Pública, neste ato representando a Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral; a Sra. Rosilene Alves de Souza, delegada-geral, que neste ato representa o Dr. Cylton Brandão, chefe da Polícia Civil; o nobre amigo Cel. Divino Pereira Brito, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar; e o Cel. Ezequiel Silva, diretor de assuntos institucionais do Corpo de Bombeiros. Quero manifestar a satisfação pela presença, especial para todos nós, integrantes do Gabinete Militar, do Cel. Eduardo Mendes de Sousa e do Cel. Hamilton Brunelli, nossos ex-chefes do Gabinete Militar, que prestaram seus serviços no passado e deixaram aqui o seu legado, o seu trabalho. A todos os senhores o nosso muito-obrigado pela presença e por todas as contribuições para a história do Gabinete Militar do Governador. Cumprimento ainda o Cel. Eduardo Reis, diretor de recursos humanos da Polícia Militar; o Cel. Alex de Melo, diretor de apoio operacional da PMMG, que até recentemente trabalhava conosco nessas atividades do Gabinete Militar; o Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, comandante operacional do Corpo de Bombeiros. Gostaria de agradecer, de forma muito especial, a todos os integrantes da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros; os representantes do Gabinete Militar; os servidores civis e militares; os nossos integrantes da orquestra sinfônica, que sempre abrilhantam os nossos eventos.

Minhas senhoras e meus senhores, celebramos com imensa alegria os 50 anos da laboriosa existência do Gabinete Militar do Governador. Sem dúvida, é um acontecimento marcante, que teve sua expressão máxima em nosso calendário de comemorações, na festividade realizada no Palácio das Artes, no último dia 7 de outubro, registrada solenemente e em grande estilo, com a grande participação de todos os que já serviram à casa e com os que atualmente integram a nossa valorosa equipe de trabalho.

Agora a nossa alegria e satisfação se completam com esta significativa homenagem que o Poder Legislativo do Estado de Minas Gerais presta ao Gabinete Militar do Governador pela data tão especial. Sinto-me honrado por ter sido distinguido pelo Exmo. Sr. governador Antonio Anastasia, a quem agradeço a confiança e amizade, para ser o chefe do Gabinete Militar. Muito mais me honra e me alegra estar à frente desse órgão neste ano de 2013, no cinquentenário de sua criação, uma data que deve ser lembrada com todas as letras, comemorada com todas as honras, que certamente ficará gravada nos anais.

É relevante destacar, senhoras e senhores, que desde 1988 há o serviço de assistência militar na governadoria, em que vários oficiais e praças exerceram a nobre função junto à maior autoridade do Estado. Entretanto foi em 1963 que se deu a criação, pelo governador Magalhães Pinto, do Gabinete Militar do Governador, definindo a sua estrutura e competência por meio da Lei nº 2.877, de 4/10/1963. São 50 anos de participação efetiva, que fizeram muitos fatos históricos.

A proximidade com os nossos governadores nos coloca em uma posição privilegiada, mas nos exige responsabilidade diferenciada. Por isso a dedicação, a lealdade, a criatividade, a dignidade, o equilíbrio e outras virtudes de relevo fazem a diferença desse órgão vital para a governabilidade e a defesa do cidadão mineiro. A máxima lealdade aos nossos comandantes e chefes, nesse longo percurso, tem sido a característica acentuada dos militares e servidores civis do Gabinete Militar, que têm, como pilares inabaláveis, o profissionalismo e a cumplicidade com os valores da ética e da moral.

O papel do gabinete transcende, e muito, a sua atribuição legal de garantir a segurança das autoridades e o apoio institucional à equipe de governo. Nossa função vai além, abrangendo a atuação inteligente e coordenada nas situações de emergência, para prevenir os desastres naturais e amenizar suas consequências, acudindo prontamente, com eficiência e oportunidade, as comunidades afetadas, por meio da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, criada em 1972, no governo Rondon Pacheco, e incorporada ao Gabinete Militar em 1977 pelo governador Aureliano Chaves.

Os 50 anos do Gabinete Militar vêm coroar de êxito uma caminhada de sucesso, com valorosos serviços prestados, destacando-se também sua presença marcante em todos os acontecimentos importantes em que o governo do Estado tem efetiva participação, o que lhe garante o reconhecimento das autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário em todas as suas instâncias e esferas, bem como do Ministério Público, da imprensa, das empresas públicas, das fundações e autarquias, com os quais o Gabinete Militar mantém relações institucionais em seu nível mais elevado.

Agradeço aos senhores governadores que participaram conosco dessa jornada. A caminhada de cada um deles, no governo do Estado, foi acompanhada por valorosos militares, dentro dos princípios da ética e da lealdade. Somos gratos por acreditarem e confiarem no nosso trabalho e por nos tornarmos amigos ao final da jornada. Agradeço, igualmente, a todos os chefes do Gabinete Militar que, a seu tempo, enfrentando as adversidades e dificuldades, contribuíram de maneira efetiva para a história do órgão, atendendo os governadores com extremo profissionalismo. Agradeço, da mesma forma, aos Exmos. Srs. Cel. Márcio Martins Sant'ana, comandante-geral da Polícia Militar de Minas Gerais, e Cel. Sílvio Antônio de Oliveira Melo, comandante-geral do Corpo de Bombeiros Militar, os quais nos têm proporcionado o necessário suporte para o bom êxito dos trabalhos, incluindo as atividades de defesa civil.

Enalteço o trabalho dedicado, eficiente e de alto nível de cada militar e servidor civil que exerce suas atividades nos diversos setores do Gabinete Militar, rendendo homenagens àqueles que por aqui passaram e prestaram serviços com dignidade e compromisso profissional, contribuindo para o engrandecimento de nossa casa militar e nos ajudando a escrever uma belíssima trajetória.

Por fim, destaco, com profundo respeito e satisfação, as manifestações de apoio desta magna Casa Legislativa e das suas comissões às ações do Gabinete Militar. Na oportunidade, rendo homenagem também a todos os demais deputados, que mantêm com todos nós uma relação estreita, de amizade, consideração e muito respeito. O contato permanente com os parlamentares nos eventos oficiais do



Estado, entre outros, revela-nos uma parceria privilegiada para que o nosso trabalho, inclusive o da Defesa Civil, seja realizado com a melhor qualificação para que sejam obtidos, resultados eficazes e eficientes. E dizemos mais: é sempre imprescindível esse apoio da nossa prestigiosa Assembleia de Minas.

Agradecemos, de forma especial, ao estimado deputado João Leite, competente e laborioso parlamentar, nosso amigo e amigo parceiro do Gabinete Militar, a iniciativa da proposta que hoje se torna realidade neste Plenário Juscelino Kubitschek. Diga-se de passagem, e como é do conhecimento geral, em toda a sua sistemática de trabalho, João Leite é homem público sério e dos mais atuantes, que sempre veste a camisa com amor e dedicação, como o fez no esporte, como vereador da Capital, como secretário municipal e estadual e agora como deputado, inclusive presidente da Comissão de Segurança Pública desta distinta Casa, o que muito nos honra também pela proximidade com a Polícia Militar e o Gabinete Militar. A ele os nossos efusivos cumprimentos.

Tenho imenso orgulho de poder participar de mais este momento histórico do Gabinete Militar, em que celebramos meio século de existência, o que me permite olhar para trás e perceber que cada militar ou civil que aqui esteve fez o melhor possível, até desafiando o impossível para atender às demandas e cumprir bem a sua missão. É assim que queremos ver o Gabinete Militar do Governador nas próximas décadas: melhor que hoje. Ao governador Anastasia, com orgulho, reitero os meus agradecimentos pela oportunidade de trabalhar ao seu lado e poder ajudar a construir a história de Minas Gerais. A todas as senhoras e aos senhores o meu muito obrigado.

Palavras do Cel. PM Márcio Martins Sant'ana

Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, 1º-vice-presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais -Deputado Ivair Nogueira, aproveite o momento para felicita-lo pelo seu aniversário ontem; que Deus cubra de bênçãos a sua vida e que ela continue sendo produtiva em prol da comunidade; Exmo. Sr. Deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem, a quem parabeno pela oportuna e justa homenagem ao Gabinete Militar do governador - certamente, a sua sensibilidade como homem público e a sua percepção apurada das questões de segurança pública fizeram com que tivesse esse juízo a respeito do trabalho do Gabinete Militar e prestasse tão significativa homenagem; Exmos. Srs. Deputados Dalmo Ribeiro Silva e Arlen Santiago, um do Norte de Minas e outro do Sul de Minas, mas ambos trabalhadores em prol de Minas Gerais; Exmo. Sr. Vereador Coronel Piccinini, representante da Câmara Municipal de Belo Horizonte - é uma satisfação também tê-lo conosco; mais uma vez, desejamos-lhe êxito nos seus trabalhos na Câmara Municipal; Exmo. Sr. Eduardo Generoso, assessor para assuntos interinstitucionais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, representando a Sra. Andréa Abritta Garzon, defensora pública-geral; Sra. Rosilene Alves de Souza, delegada-geral e representante da Polícia Civil; Cel. Divino Pereira Brito, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais, meu dileto amigo, meus cumprimentos; Cel. Ezequiel Silva, diretor de assuntos institucionais do Corpo de Bombeiros Militar; Cel. Eduardo Mendes de Souza, presidente do Instituto de Previdência dos Servidores Militares -IPSM - e ex-chefe do Gabinete Militar; Cel. Hamilton Brunelli, ex-chefe do Gabinete Militar; Cel. Eduardo César Reis, diretor de recursos humanos da Polícia Militar; Cel. Alex de Melo, diretor de apoio operacional da Polícia Militar, até pouco tempo subchefe do Gabinete Militar; Cel. Luiz Henrique Gualberto Moreira, do Comando Operacional de Bombeiros; senhoras e senhores, esta é uma noite muito feliz. Sinto-me extremamente honrado em representar S. Exa., o governador do Estado Antonio Anastasia, por três motivos.

Primeiramente, poderia resumir tudo dizendo que representar o governador, por si só, já é motivo de muito orgulho, de muita honra; em segundo lugar, por estar participando de uma homenagem ao Gabinete Militar; e, em terceiro lugar, por ela estar acontecendo na casa do povo. Com certeza, esses dois últimos motivos são de extrema relevância para o governador. Outro motivo também me alegra muito: hoje pela manhã, numa solenidade repleta de garbo e com muito calor humano, tive o privilégio de ser honrado com a Medalha da Ordem do Mérito Legislativo, que, com muito orgulho, uso nesta noite.

Se, por um lado, a minha vaidade foi aguçada por esse reconhecimento, a racionalidade me traz novamente ao chão. Tenho a consciência de que toda distinção que recebemos deve inspirar, principalmente e sobretudo, mais responsabilidade. Renovo o meu compromisso perante os representantes desta Casa e perante o povo mineiro e compartilho essa honraria com os integrantes da Polícia Militar, que, certamente, são os grandes motivadores desse reconhecimento que a Assembleia Legislativa de Minas Gerais me prestou nessa manhã.

Essa comemoração dos 50 anos do Gabinete Militar é um momento significativo. Foram 50 anos em tempo transcorrido, e isso nos inspira a falar sobre o tempo, que, muitas vezes, pode ser interpretado de forma relativa. Se buscarmos inspiração no Eterno, olhando os atributos do próprio Deus, que são onisciência, onipresença e onipotência, não há passado e futuro, mas o eterno, que é sempre agora e constante. Enquanto estamos na finitude, na limitação da carne, no tempo que nos é dado a viver, pedimos a Deus, inspirados por Ele próprio, que tenhamos sabedoria para contar o nosso tempo. Penso que celebrar os 50 anos do Gabinete Militar, mediante requerimento do deputado João Leite, seja uma das formas de sermos sábios, de podermos marcar esse tempo e de podermos fazer uma reflexão a respeito desse tempo decorrido, da importância desse gabinete, da instituição, das pessoas e da sua missão. Esse tempo relativo de 50 anos é muito ou é pouco? Se olharmos para a nossa própria existência, esses 50 anos passaram muito rápido, mas, se olharmos para o futuro e tivermos a expectativa de viver mais 50 anos, oraremos, torceremos e faremos força para que esse tempo passe bem mais lentamente e seja bem mais longo e bem mais largo. Portanto, o tempo é relativo. Acredito que comemorar, neste momento, seja uma verdadeira inspiração de sabedoria.

O Gabinete Militar tem cumprido a sua missão de maneira exemplar. Ele é uma verdadeira instituição, que tem como missão a gerência da segurança governamental. Trata-se de um trabalho nobre e importante, delegado a homens e mulheres talentosos e vocacionados. Ele tem no seu rol de valores a lealdade, a honra, o compromisso, a estratégia e a gestão governamental. Portanto essa instituição, nos seus 50 anos, já apresenta um certo senhorio; um senhorio que lhe dá autoridade; um senhorio por tempo decorrido, 50 anos, que já fez com que a sua personalidade fosse revelada, que o seu caráter fosse revelado e que a sua importância fosse consolidada entre as instituições do Estado como necessária, como uma instituição que não deve viver somente 50 anos, mas que deve ser perene.



Portanto é motivo de muita satisfação e é extremamente relevante comemorarmos os 50 anos do Gabinete Militar. É um Gabinete Militar que cuida da gestão da segurança governamental, administrando o transporte aéreo, o transporte terrestre, a segurança do governador e do vice-governador, a gestão logística e de recursos humanos, a gestão estratégica de inteligência. São muitas atividades. É uma instituição complexa, que tem uma gama de serviços extremamente importantes para a governança, e, ao longo dos anos, os governadores têm reconhecido isso. Reiteradamente escutamos do governador Anastasia, no seu tempo, e de tantos outros governadores que passaram pelo governo de Minas Gerais o enaltecimento e o reconhecimento da importância do Gabinete Militar durante as suas respectivas gestões.

Mais uma vez, é motivo de grande satisfação comemorarmos os 50 anos do Gabinete Militar. Se 50 anos inspira metade, meio século, também podemos imaginar e perceber algumas características muito claras se compararmos à nossa própria existência. Aos 50 anos, como disse, o nosso caráter já foi revelado, a nossa personalidade já foi revelada, os nossos passos se tornam mais seguros e nos tornamos mais cautelosos. Mas, ao mesmo tempo, ainda existe juventude, ainda existe vigor e ainda existe a firme determinação e a percepção muito clara de que muito ainda há para ser construído, muito ainda há para se fazer.

Além dessas atribuições do Gabinete Militar que citei e que, com oportunidade e justiça, o deputado João Leite relevou de forma muito própria, gostaria de falar sobre a Defesa Civil. Trata-se de uma atividade extremamente importante à medida que a sociedade vai tornando-se mais complexa. É preciso que o poder público esteja cada vez mais articulado para poder prestar serviço de qualidade no tempo oportuno. Socorro implica senso de urgência, não dá para ser depois. Socorro implica planejamento, não dá para improvisar. Lidamos com a vida das pessoas.

Então tenho a satisfação e muito orgulho de ter servido ao Gabinete Militar e à Defesa Civil. Conheço muito bem as agruras do Norte de Minas na falta de água, conheço muito bem as agruras do Sul de Minas com o excesso de água e sei muito bem que, ao longo desses 50 anos, a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil, situada no Gabinete Militar, está muito bem postada, porque, valendo-se da capilaridade que a Polícia Militar tem, valendo-se da presença da Polícia Militar em todos os 853 municípios do Estado, mas, principalmente, valendo-se do poder de articulação que o chefe do Gabinete Militar tem em razão da sua proximidade com o governador e com os Poderes constituídos, a Defesa Civil está muito bem situada no Gabinete Militar.

Então, para nós, é motivo de muita satisfação e de muita alegria comemorarmos esse tempo de existência, que podemos considerar muito ou pouco, mas certamente não podemos negar a bela e extensa folha de bons serviços prestados à sociedade mineira. Falamos da celebração, da instituição, mas nada disso seria possível se não fossem as pessoas. Nesta comemoração, prezado Cel. Martins, Srs. Deputados, penso que devemos render nossas homenagens às pessoas, aos funcionários, homens e mulheres que têm as mais simples missões dentro do Gabinete Militar, até aqueles que têm as missões mais complexas. Todos eles são importantes, dentro desse contexto, porque a soma dos esforços faz com que a equipe seja muito mais poderosa, seja muito mais efetiva.

Então, a todos os senhores que hoje pertencem ao Gabinete Militar o meu reconhecimento e minhas homenagens pela excelência do serviço que prestam. Aproveito para, na pessoa do Cel. Eduardo Mendes e do Cel. Hamilton Brunelli, render também minhas homenagens àqueles que passaram pelo gabinete, àqueles que exerceram sua vocação nessa nobre missão, àqueles que, trabalhando numa instituição tão importante e estratégica, não se limitaram a fazer o que é possível, mas deram o melhor da sua capacidade. Que essa seja a nossa determinação, que a gente continue a se valer dos exemplos do passado, que tenhamos compromisso com o nosso tempo e possamos construir um futuro ainda melhor. Parabéns a todos e vida longa ao nosso Gabinete Militar. Muito obrigado.

Palavras do Presidente

Exmos. Srs. Cel. Márcio Martins Sant'Ana, comandante-geral da Polícia Militar do Estado de Minas Gerais, representando neste ato o governador do Estado de Minas Gerais, nosso amigo Prof. Antonio Augusto Anastasia; Cel. Luís Carlos Dias Martins, chefe do Gabinete Militar do Governador; Vereador Coronel Piccinini, representando a Câmara Municipal de Belo Horizonte; Eduardo Generoso, assessor para Assuntos Interinstitucionais da Defensoria Pública do Estado de Minas Gerais, representando a defensora pública-geral, Sra. Andréa Abritta Garzon; Delegada-Geral Rosilene Alves de Souza, representando a Polícia Civil; Cel. Divino Pereira Brito, chefe do Estado-Maior da Polícia Militar de Minas Gerais; Cel. Ezequiel Silva, diretor de Assuntos Institucionais do Corpo de Bombeiros Militar de Minas Gerais; meu amigo deputado João Leite, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem: Diga-se de passagem, esta é uma justa homenagem a essa valorosa Polícia Militar, partindo de um deputado que é um dos mais respeitados desta Casa, deputado João Leite, que já está no seu quinto mandato e trouxe um ensinamento muito grande a todos nós, parlamentares. O deputado João Leite é um exemplo de deputado, de pessoa, de conduta ilibada, um parlamentar dedicado e que procura, acima de tudo, usar a verdade em todos os sentidos. Ele tem contribuído de forma bastante positiva para o engrandecimento e o respeito desta Assembleia Legislativa. V. Exa. foi muito feliz, deputado João Leite, como sempre tomando iniciativas das mais relevantes nesta Casa, assim como nossos dois companheiros, deputados Dalmo Ribeiro Silva e Arlen Santiago, que também expressaram o que representa a Polícia Militar do Estado de Minas Gerais e o Gabinete Militar do Governador.

Estou aqui hoje representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente desta Casa. E hoje, Cel. Márcio Martins, na solenidade de entrega da Medalha do Mérito Legislativo, num determinado momento, falamos sobre segurança pública, e ele me pediu que o representasse nesta noite, nesta solenidade justa em homenagem ao Gabinete Militar do governador do Estado de Minas Gerais. Ele falou e rasgou elogios a essa valorosa Polícia Militar, dizendo o que ela representa no momento em que vivemos, com grandes conflitos. Apesar de hoje a bandidagem estar muito mais aparelhada do que a Polícia Militar, esta tem enfrentado com muita competência e tem dado ao Estado de Minas Gerais uma tranquilidade que não se vê em outros estados. É claro que precisamos avançar, precisamos melhorar, mas acho que o governador Anastasia e o nosso vice Alberto procuraram, de acordo com a possibilidade do Estado, avançar principalmente na tecnologia, na questão das viaturas e em tantas outras que contribuem para melhorar a segurança de Minas Gerais. Sem dúvida, outros problemas nos afligem, mas, às vezes, não dependem do governador, como concurso público e substituição. De forma geral, podemos dizer que, nos últimos governos, tanto no do ex-governador Aécio Neves quanto no do atual governador Anastasia, ocorreram grandes avanços na Polícia Militar de modo geral. Tomara que esses



avanços continuem cada vez mais, para que possamos ter a tranquilidade e a confiança que hoje depositamos em toda a Polícia Militar do nosso Estado de Minas Gerais. Então, Cel. Márcio Martins, seja porta-voz dessa fala do deputado Dinis Pinheiro, que tem realmente respeito e gratidão muito grandes pela Polícia Militar.

A Assembleia mineira tem a grande satisfação de comemorar o cinquentenário do Gabinete Militar do Governador, em que pode expressar o agradecimento do povo mineiro a um órgão imprescindível não só para a segurança governamental como também para toda a população. Reconhecida em nossa Constituição como direito fundamental, a segurança representa um valor essencial para as relações humanas e para a vida em sociedade; é dever do Estado e responsabilidade de todos, dependendo de sólidas instituições dedicadas a garantir a harmonia e a convivência pacífica entre as pessoas.

Nesse contexto insere-se o gabinete militar, que não apenas viabiliza o pleno exercício das atividades de nossas principais autoridades como também fortalece a sustentabilidade do Estado de Minas Gerais. Seu trabalho, aplaudido e valorizado por nossa população, reúne lealdade, comprometimento, disciplina e ética, que estão presentes em todas as suas ações, inclusive no assessoramento ao Executivo em assuntos policiais militares. Assim, o governador tem exercido suas funções com segurança, e os habitantes de todos os nossos municípios vêm se beneficiando de operações da Defesa Civil, que se tornou referência em todo o País, como reconhece o próprio Ministério da Integração Nacional. O seu trabalho, modelo de organização e coordenação, vem estimulando e alimentando o planejamento das defesas civis municipais no combate e na prevenção a catástrofes e calamidades.

Trezentos profissionais civis e militares altamente gabaritados para suas funções respondem, em seu cotidiano, por uma gama diversificada de atribuições, desde os serviços de inteligência e transporte aéreo e terrestre até a prevenção de risco. O governador Magalhães Pinto foi quem transformou o cargo de assistente militar em um órgão de estrutura maior em 1963, enquanto o governador Israel Pinheiro, em 1971, lhe atribuiria outros encargos, como os de proporcionar segurança ao governador e aos palácios governamentais.

Tendo a sua frente, hoje, o Cel. Luís Carlos Dias Martins, o gabinete tem enfrentado, com enorme competência, um variado elenco de desafios, sobretudo na execução das ações da Defesa Civil. Tem sido certamente o responsável pela cooperação e pela fidalguia de seus comandados, caracterizados por um comportamento ao mesmo tempo sério, cordial e pragmático em suas relações com o público.

Acreditamos que toda essa percepção, pelos nossos cidadãos, da excelência das tarefas exercidas pelo órgão deve-se à qualidade de sua participação em inúmeros e decisivos acontecimentos da vida política de Minas Gerais. Esta homenagem, portanto, justifica-se plenamente, ao reconhecer a ampla importância do órgão para a segurança física de nossos governantes e de todos os nossos cidadãos. Muito obrigado.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o conjunto de cordas da Polícia Militar, que interpretará a música *Rolling in the deep*, de Adelle.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns, mas merecia bis, não é, João? Pedimos pelo menos mais uma música, tenente, atendendo ao deputado João Leite e a todos.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - Parabéns! Tango *Por una cabeza*, de Carlos Gardel. Se o presidente Dinis Pinheiro estivesse aqui, ficaria apaixonado, porque ele gosta de orquestra e de banda. Quero aproveitar o ensejo para dizer que a Praça da Assembleia vai ficar de cara nova.

O deputado João Leite - Deputado Ivair Nogueira, gostaria de fazer menção ao fato de o avô da delegada Rosilene ter pertencido à orquestra. Hoje ele tem 100 anos; é o Sr. Cristóvão Alves de Souza. É claro que ele tem menos da metade da idade da nossa gloriosa Polícia Militar, mas gostaria de registrar este fato tão interessante: um policial militar com 100 anos de idade fez parte da nossa orquestra. Então, gente, dá para chegar lá; ele está com 100 anos.

O presidente - Agradeço ao deputado João Leite, aos demais presentes e à valorosa Polícia Militar. Para quem deseja continuar este espetáculo, no domingo, haverá o lançamento da Praça da Assembleia, que ficará de cara nova. O projeto é maravilhoso. Como sempre, o presidente toma todo o cuidado e zela pelo bem-estar da população. A praça realmente merecia ser estruturada, e ele correu atrás, buscou apoio. E, melhor: haverá o encontro de bandas, que acontecerá de 8 horas ao meio-dia. Quem passar aqui, no domingo de manhã, terá a oportunidade de participar do lançamento da praça e assistir a um belo espetáculo. Todos estão convidados.

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de segunda-feira, dia 11, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 22/10/2013

Às 9h15min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Célio Moreira e Rômulo Veneroso, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Célio Moreira, declara aberta a reunião e, nos termos do art. 120, III, do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e a debater, em audiência pública, o Projeto de Lei nº 3.607/2012, do governador do Estado, que institui a Política de Mudança do Clima do Estado de Minas Gerais, bem como os demais projetos de lei em tramitação nesta Casa que tratam desse assunto. A seguir, comunica o



recebimento da seguinte correspondência: ofícios do Sr. Alceu José Torres Marques, procurador de Justiça Coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Urbanismo e Habitação, publicado no *Diário do Legislativo* de 19/10/2013; e do deputado Carlos Mosconi, presidente da Comissão de Saúde, em que convida esta comissão para participar de audiência pública destinada a debater a proposta de revisão para o exercício de 2014 do PPAG 2011-2015, no âmbito da Rede de Atenção à Saúde. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: em turno único, Projetos de Lei nºs 4.503 e 4.528/2013 (Duarte Bechir); e, no 1º turno, Projeto de Lei nº 3.960/2013 (Sávio Souza Cruz). A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Zuleika Torquetti, presidente da Feam, representando o secretário de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável; e Miriam Ester Soares, coordenadora do Grupo Gestor do Plano ABC; e os Srs. João Ricardo Albanes, superintendente de Política e Economia Agrícola, representando o secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento; Carlos Eduardo Ferreira Pinto, promotor de justiça e coordenador-geral das Promotorias de Justiça por Bacias Hidrográficas de Minas Gerais; Wagner Soares Costa, gerente de Meio Ambiente da Fiemg, representando o presidente dessa federação; Luiz Augusto Barcelos Almeida, superintendente de Sustentabilidade Empresarial da Cemig, representando o presidente dessa empresa; João Bosco Senra, analista ambiental da Copasa-MG, representando o presidente dessa empresa; Rodrigo Sant'Anna Alvim, 2º-diretor-secretário da Faemg, representando o presidente dessa federação; Eduardo Arantes Nascimento, assessor de meio ambiente da Fetaemg, representando o presidente dessa federação; e Milton Nogueira da Silva, secretário executivo do Fórum Mineiro de Mudanças Climáticas Globais, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, na condição de autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião e passa à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Registra-se a presença do deputado Duarte Bechir. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos dos deputados Gustavo Corrêa em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia, no Município de Patrocínio, para debater, em audiência pública, o novo marco regulatório da mineração; Célio Moreira, Sávio Souza Cruz e Gustavo Perrella em que solicitam seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Minas e Energia e com a Comissão de Turismo, Indústria, Comércio e Cooperativismo para debater, em audiência pública, a proposta de revisão no exercício 2014 do PPAG 2012-2015 no âmbito da Rede de Desenvolvimento Econômico e Sustentável; Célio Moreira (8) em que solicita seja encaminhado ao secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para criar, urgentemente, um "arranjo produtivo local" de base mineral para extração e beneficiamento de quartzo, que atenda Cordisburgo, Corinto, Curvelo, Inimutaba, Presidente Juscelino e demais municípios onde se extrai o quartzo no Estado; seja encaminhado à Comissão Especial do Marco Regulatório da Mineração da Câmara Federal pedido de providências para realizar debate no Município de Curvelo e/ou Diamantina sobre a regulamentação do garimpo nas regiões Central do Estado e do Vale do Jequitinhonha; seja encaminhado ao Departamento de Estradas de Rodagem pedido de providências para o envio de parecer técnico sobre proposta de solução de mobilidade urbana para o tráfego na região das empresas Cimentos Liz, Premo, Beck Aço e Nova Granja, em Vespasiano, à sua autora, vereadora Adriana Lara, e a esta comissão; seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que, no processo de licenciamento e regularização ambiental da Cimentos Liz, seja reconsiderada a proposta de construção de uma via de acesso como medida para a mitigação de impactos no tráfego de veículos no Município de Vespasiano e garantida a proteção ambiental do Ribeirão da Mata; seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Vespasiano pedido de providências para que, no processo de licenciamento ambiental do projeto de construção de via de acesso firmado entre a Cimentos Liz e esse órgão, seja garantida a proteção do Ribeirão da Mata e de suas áreas de proteção ambiental marginais, tendo em vista as intervenções previstas para o referido curso d'água e para os remanescentes de áreas verdes; seja encaminhado ao Ministério Público pedido de providências para adoção das medidas cabíveis com vistas à proteção do Ribeirão da Mata e de suas áreas marginais em face das intervenções previstas pelo projeto de implantação da via de acesso à Cimentos Liz, em Vespasiano, em área próxima ao referido curso d'água, acompanhado das notas taquigráficas da 1ª Reunião Conjunta desta comissão com a Comissão de Transporte, Comunicação e Obras Públicas; seja realizada reunião no Município de Vespasiano para debater, em audiência pública, a poluição atmosférica de origem industrial, a fiscalização ambiental das emissões de efluentes e a viabilidade de implantação de monitoramento *on line* nesse município que possibilite a leitura automática de dados pelo órgão ambiental competente no Estado; seja realizada reunião para debater as políticas públicas destinadas a saúde, proteção e bem-estar dos animais e os projetos de lei em tramitação nesta Casa relacionados ao tema; Duarte Bechir em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que promova campanhas a fim de incentivar a população residente no entorno dos parques estaduais a visitá-los, bem como que seja reservado a esses moradores um percentual do número de visitas mensais a unidades de conservação; e Rômulo Veneroso (3) em que solicita seja encaminhado à 6ª Promotoria de Justiça de Defesa do Meio Ambiente, à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Betim e à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável pedido de providências para que fiscalizem a empresa Mineração Usibrita, localizada em Betim, no que concerne à poluição atmosférica e sonora, uma vez que a atividade é desenvolvida ininterruptamente, e ao trânsito de veículos pesados na estrada Serra Negra, única via de acesso para os moradores do Residencial Saraiva. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2013.

Célio Moreira, presidente - Duarte Bechir - Glaycon Franco - André Quintão.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 23/10/2013

Às 16h17min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Duarte Bechir e Glaycon Franco (substituindo o deputado Bosco, por indicação da liderança do BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Duarte Bechir, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento da deputada Maria Tereza Lara, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento de e-mail do Sr. Claudio Silveira solicitando a criação dos cursos de engenharia têxtil, engenharia ferroviária e engenharia naval na Uemg, a oferta de cursos técnicos noturnos e a criação em alguma universidade estadual de estrutura para tratamento de animais silvestres apreendidos em fiscalização do Ibama; e de ofício dos vereadores da Câmara Municipal de Aiuruoca publicado no *Diário do Legislativo de 17/10/2013*. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento do deputado Duarte Bechir, emendado pela deputada Maria Tereza Lara, em que solicita seja realizada visita à Secretária de Estado de Educação para discutir as reivindicações formuladas pelos servidores da rede estadual de educação, bem como o Programa de Ensino Profissionalizante. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 31 de outubro de 2013.

Maria Tereza Lara, presidente - Fabiano Tolentino - Bosco - Luzia Ferreira.

ATA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 29/10/2013

Às 15h41min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Luzia Ferreira e os deputados Paulo Lamac, Fabiano Tolentino (substituindo a deputada Luzia Ferreira, por indicação da liderança do BTR), Fred Costa (substituindo o deputado João Leite, por indicação da liderança do BTR) e Rogério Correia (substituindo o deputado Pompílio Canavez, por indicação da liderança do Bloco Minas sem Censura), membros da supracitada comissão. Está presente também a deputada Liza Prado. Havendo número regimental, o presidente, deputado Paulo Lamac, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Rogério Correia, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater o sistema de abastecimento de água, a ampliação e a operação do sistema de esgotamento sanitário de Divinópolis; e a deliberar sobre proposições da comissão. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Maria Regina Rodrigues, membro do Movimento Divinópolis contra Corrupção e da Frente Popular Compromisso com Divinópolis; e os Srs. Wagner Bonifácio Xavier, assessor do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgotos do Estado de Minas Gerais, representando o Sr. José Maria dos Santos, presidente dessa entidade; José Nilton Teodoro, vice-presidente da Frente Popular Compromisso com Divinópolis; Flávio Lima de Oliveira, membro do Movimento Divinópolis contra Corrupção e da Frente Popular Compromisso com Divinópolis; Arnaldo Batista Silva, presidente da Frente Popular Compromisso com Divinópolis; e André Luiz Tavares de Oliveira, supervisor de Marketing do Fórum Pró-Hospital São João de Deus, que são convidados a tomar assento à mesa. A presidência concede a palavra ao deputado Rogério Correia, autor do requerimento que deu origem ao debate, para suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados requerimentos dos deputados Paulo Lamac (2) em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a emancipação de distritos no Estado; e sejam encaminhadas aos municípios do Estado as notas taquigráficas da 16ª Reunião Ordinária da comissão, em que foram debatidas formas alternativas de prevenção da dengue; Fred Costa (6) em que solicita sejam encaminhados à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedidos de informações sobre os eventuais impactos social, ambiental e histórico da construção de centro administrativo municipal no Bairro Lagoinha; o estudo de viabilidade da construção de centro administrativo municipal no Bairro Lagoinha; a situação e a avaliação patrimonial dos imóveis pertencentes ao município e os investimentos realizados pela prefeitura nos últimos 10 anos; seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o Plano de Chuva, a ser adotado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte durante o período chuvoso; e seja realizada visita às obras do Hospital Metropolitano do Barreiro, em Belo Horizonte; Paulo Guedes (2) em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a metodologia de apuração do critério a que se refere o inciso II do art. 4º da Lei nº 18.030, de 2009; e seja encaminhado à Secretaria de Meio Ambiente pedido de informações sobre a metodologia de apuração do critério a que se refere o inciso II do art. 4º da Lei nº 18.030, de 2009, incluindo o envio das memórias de cálculo referentes à apuração desse critério, em janeiro deste ano, com referência aos Municípios de Belo Horizonte, Confins, Chapada Gaúcha e Januária; Elismar Prado em que solicita seja realizada reunião em Montes Claros para debater, em audiência pública, a prestação de serviços de saneamento básico no Norte de Minas; Antônio Carlos Arantes e Pompílio Canavez (2) em que solicitam seja encaminhado à Secretaria de Transportes pedido de providências para que as obras na rodovia que liga os Municípios de Fama e Campos Gerais, passando pelo Distrito de Córrego do Ouro, sejam as primeiras a serem realizadas no âmbito do contrato entre o DER-MG e a empresa Magna; e seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para o aumento do efetivo policial e para a melhoria da infraestrutura e dos equipamentos de segurança pública no Distrito de Córrego do Ouro, em



Campos Gerais; André Quintão em que solicita seja realizada reunião conjunta com a Comissão de Participação Popular para debater, em audiência pública, a cobrança de taxa de esgoto em São Sebastião do Paraíso, determinada pela Arsa-MG; Rogério Correia (2) em que solicita sejam realizadas reuniões para debater, em audiência pública, o resgate do transporte ferroviário no Estado, em especial do transporte ferroviário de passageiros no trecho que abrange Belo Horizonte, Sarzedo, Ibirité, Mário Campos, Brumadinho, Moeda, Belo Vale, Jeceaba, Congonhas e Conselheiro Lafaiete; e o encerramento das atividades da empresa Votorantim Metais em Fortaleza de Minas; Dalmo Ribeiro Silva (2) em que solicita sejam realizadas reuniões para debater, em audiência pública, a cobrança de tributo federal sobre imóveis localizados às margens de rios federais, a ser cobrado após a aprovação de projeto de lei que altera sua alíquota; e o Projeto de Lei Federal nº 98/2002, já aprovado, que dispõe sobre procedimentos para a criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de municípios. É recebido requerimento do deputado Fred Costa em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o projeto de operação urbana consorciada da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 5 de novembro de 2013.

Paulo Lamac, presidente.

ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/10/2013

Às 9h41min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Adelmo Carneiro Leão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Carlos Pimenta, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Doutor Wilson Batista, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão e comunica o recebimento da seguinte correspondência: *e-mails* recebidos através do Fale com a Assembleia (2) do Sr. Fernando Santana Rubinger, solicitando a intercessão desta Casa perante a Prefeitura Municipal de Paracatu para que o atendimento aos idosos seja feito próximo ao hospital local, de forma a evitar grandes deslocamentos; e do Sr. Adir Eduardo Fagundes, manifestando apoio a que os hospitais públicos recebam repasse de verba quando atenderem pessoas que possuem plano de saúde; e de ofício do Sr. Márcio Gonçalves, chefe da Divisão de Acompanhamento de Arrecadação da Secretaria da Receita Federal, publicado no *Diário do Legislativo* em 25/10/2013. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 802/2011 (relator: deputado Carlos Pimenta) na forma do Substitutivo nº 1 apresentado. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Submetido a votação, é aprovado o Requerimento nº 5.945/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 4.408, 4.347 e 4.447/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetido a votação, é aprovado o requerimento dos deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago e Doutor Wilson Batista em que solicitam seja realizada visita ao Secretário de Estado de Saúde, com a presença do Sr. Ruy Muniz, Prefeito Municipal de Montes Claros, para debater a relação da prefeitura com os prestadores de serviços que atendem ao município e que não estão recebendo os recursos relativos aos serviços já prestados. Foram recebidos para posterior apreciação os requerimentos dos deputados Doutor Wilson Batista em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, o uso do *software* de regulação assistencial SUS Fácil, tendo em vista que suas inúmeras falhas e lacunas estão se tornando um grande problema para as instituições de saúde e usuários do SUS; Adelmo Carneiro Leão em que solicita seja realizada reunião para debater, em audiência pública, a alta concentração de agrotóxicos encontrada em frutas e legumes, conforme pesquisa recente divulgada pela Anvisa. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente - Carlos Pimenta - Doutor Wilson Batista - Arlen Santiago - Pompílio Canavez.

ATA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/10/2013

Às 14h04min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Jayro Lessa, Romel Anízio, Antônio Carlos Arantes (substituindo o Deputado Adalclever Lopes, por indicação da Liderança do Minas Sem Censura) e Bosco (substituindo o Deputado João Vítor Xavier, por indicação da Liderança do Bloco Transparência e Resultado), membros da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Jayro Lessa, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. A seguir, comunica o recebimento de ofícios do governador do estado (2), encaminhando relatórios dos regimes especiais de tributação concedidos e alterados no 2º trimestre de 2013, publicados no *Diário do Legislativo* de 25/10/2013. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relatores os deputados mencionados entre parênteses: Mensagens nºs 545 e 548/2013 (Romel Anízio); 546 e 549/2013 (João Vítor Xavier) e 547/2013 (Jayro Lessa), em turno único. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. São retirados de pauta por determinação do presidente os Projetos de



Lei nºs 3.874 e 4.613/2013, por haverem sido apreciados em reunião anterior, o Projeto de Lei nº 4.189/2013, por não cumprir pressupostos regimentais, e o Projeto de Lei nº 4.454/2013, atendendo-se a requerimento do deputado Romel Anízio, aprovado pela comissão. Suspende-se a reunião. Às 14h38min são reabertos os trabalhos com a presença dos deputados Zé Maia, Romel Anízio, João Leite e Vanderlei Miranda (substituindo o Deputado Ulysses Gomes, por indicação da liderança do Minas sem Censura). O Projeto de Lei Complementar nº 41/2013 é retirado de pauta por determinação do Presidente da comissão por não cumprir pressupostos regimentais. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Resolução nºs 4.537 e 4.539/2013. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Luiz Humberto Carneiro - Tiago Ulisses.

ATA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA E DA AÇÃO SOCIAL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 30/10/2013

Às 14h40min, comparecem na Sala das Comissões a deputada Rosângela Reis e os deputados Bosco e Celinho do Sinttrocel, membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, a presidente, deputada Rosângela Reis, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Bosco, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar matéria constante na pauta e comunica o recebimento de ofício da Sra. Rosane Maria Cordeiro, coordenadora do Sindicato dos Empregados em Empresas de Processamento de Dados, Serviços de Informática e Similares do Estado de Minas Gerais, encaminhando documento em que são denunciados problemas na Prodemge. O presidente acusa o recebimento das seguintes proposições, das quais designou como relator o deputado Celinho do Sinttrocel: Projetos de Lei nºs 2.268/2011, 3.581/2012 e 4.559/2013, em turno único; e avoca para si a relatoria dos Projetos de Lei nºs 3.494/2012, 4.134 e 4.333/2013, em turno único. Passa-se à 2ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário. Após discussão e votação nominal, são aprovados, em turno único, cada um por sua vez, os Projetos de Lei nºs 2.511 e 2.654/2011, 3.896, 4.136, 4.362, 4.424, 4.446, 4.481, 4.482 e 4.492/2013, que receberam parecer por sua aprovação, não se registrando voto contrário. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os Requerimentos nºs 5.832 e 5.944/2013. Submetidos a discussão e votação, cada um por sua vez, são aprovados os Pareceres de Redação Final dos Projetos de Lei nºs 3.774, 4.125, 4.204, 4.307, 4.308, 4.310, 4.313, 4.326, 4.332, 4.340, 4.348, 4.355, 4.359, 4.382, 4.385, 4.409, 4.422, 4.445, 4.450 e 4.464/2013. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Anunciada a votação do requerimento do deputado Rogério Correia em que solicita seja realizada audiência pública da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social para debater as demissões em massa na empresa Minas Gerais Administração e Serviços, o deputado Bosco retira-se da reunião, deixando a matéria de ser apreciada por falta de quórum. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 6 de novembro de 2013.

Rosângela Reis, presidente - Celinho do Sinttrocel.

ATA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/11/2013

Às 9h12min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Durval Ângelo, Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa, membros da supracitada comissão. Comparece também, o deputado Sargento Rodrigues. Havendo número regimental, o presidente, deputado Durval Ângelo, declara aberta a reunião e dispensa a leitura da ata da reunião anterior, que é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a debater a situação dos moradores do Conjunto Esplêndido, no Bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte, e comunica o recebimento da seguinte correspondência: ofícios das Sras. Maria Luiza Papini Arantes, delegada de polícia civil, em que encaminha DVD contendo as imagens captadas por câmeras da empresa Biocel; Maria Cristina Irigoyen Pesuzzi, corregedora nacional de Justiça (substituta), encaminhando a Decisão de Liminar em Reclamação Disciplinar nº 0001473-94.2013.2.00.0000, em que comunica ser incabível o pedido de afastamento do ora reclamado de suas funções e dá outras providências; e dos Srs. Tiago Costa Camilo e Renato Armanelli Gibson, advogados, encaminhando petição em que solicitam cópias de documentação recebida nesta comissão; Breno Max de Jesus Silveira, promotor de Justiça, esclarecendo que as ações da empresa responsável pelo projeto de construção do mineroduto Minas-Rio encontra-se monitorada, já tendo sido objeto de termo de ajustamento de conduta firmado com a Anglo-Ferrous Mineração; Gilmar de Assis, coordenador do CAO-Saúde, comunicando que encaminhou as notas taquigráficas remetidas a esse órgão à Promotoria de Justiça de Alpinópolis e ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa do Meio Ambiente. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir as Sras. Júnia Márcia Bueno Neves, diretora de Habitação da Urbel, representando o prefeito Municipal de Belo Horizonte; Cláudia Ferreira de Souza, promotora de justiça; Joelma Marize Lima, advogada da Cooperativa Habitacional Metropolitana – Cohabita –, representando a diretora-presidente dessa cooperativa; Ednéia Aparecida de Souza, diretora social da Cohabita; e o Sr. Júlio Cesar Tavares dos Reis, gerente regional da Caixa Econômica Federal, representando o superintendente regional desse banco, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Registra-se a presença do deputado Célio Moreira, o qual protesta contra o relato do Sgt. PM Agnaldo Martins Machado feito durante a 60ª Reunião



Extraordinária desta comissão, em que, questionado, abordou fatos progressos da vida do advogado da União José Aluizio de Oliveira, os quais não diziam respeito à matéria em discussão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela aprovação, no 1º turno, do Projeto de Lei nº 883/2011 na forma do Substitutivo nº 1 (relator: deputado Durval Ângelo). Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de proposições da comissão. Submetidos a votação, cada um por sua vez, são aprovados os requerimentos do deputado Durval Ângelo (5) em que solicita seja realizada reunião para a qual sejam convidados representantes dos Ministérios Públicos Federal e Estadual, das Defensorias Públicas da União e do Estado e dos associados da Cohabita, com a finalidade de debater, em audiência pública, a situação dos moradores do Conjunto Esplêndido, localizado no Bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte; sejam encaminhados ao Conselho Municipal de Habitação de Belo Horizonte as notas taquigráficas desta reunião, os documentos apresentados pela Cohabita e pedido de providências para que seja reavaliada e solucionada a situação dos associados dessa cooperativa; sejam encaminhadas ao Juízo da 5ª Vara Federal do Tribunal Regional da Primeira Região, perante o qual foi interposta a Cautelar Inominada nº 0037557-48.2013.4.01.3800, cujas partes são a Cohabita, a Caixa Econômica Federal e a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, as notas taquigráficas desta reunião; sejam encaminhadas à Secretaria-Geral da Presidência da República, ao Ministério das Cidades, à Presidência da Caixa Econômica Federal, à Ouvidoria desse banco e à Procuradoria Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Estadual as notas taquigráficas desta reunião, os documentos apresentados pela Cohabita e pedido de providências para a solução dos problemas dos associados dessa cooperativa; sejam encaminhadas aos representantes dos órgãos e entidades que estiveram presentes nesta reunião as notas taquigráficas desta e os documentos nela apresentados pela Cohabita; Sargento Rodrigues em que solicita seja realizada audiência pública para debater os motivos que, supostamente, levaram o Ten.-Cel. PM Helbert Figueiró de Lourdes, comandante do 1º Batalhão de Polícia Militar, a impor prisão domiciliar a subordinados em licença médica, violando seus direitos humanos mediante abuso de poder; Rogério Correia em que solicita seja realizada visita, com a presença de representante da Caixa Econômica Federal, ao Prefeito Municipal de Belo Horizonte para debater a situação dos moradores do Conjunto Esplêndido, localizado no Bairro Jardim Vitória, em Belo Horizonte. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente – Rômulo Viegas – Maria Tereza Lara.

ATA DA 16ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 6/11/2013

Às 9h44min, comparece na Sala das Comissões o deputado André Quintão, membro da supracitada Comissão. Havendo número regimental, o presidente declara aberta a reunião, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada, e a subscreve. A presidência informa que a reunião se destina a debater a destinação do casarão da Fhemig situado na Rua Manaus, 348, Santa Efigênia - Belo Horizonte -, por solicitação do movimento Espaço Comum Luiz Estrela. A presidência interrompe os trabalhos ordinários da reunião para ouvir a Sra. Michele Abreu Arroyo, superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan – e os Srs. Ronaldo Araújo Pedron, assessor de Articulação, Parceria e Participação Social da Governadoria, representando o secretário de Estado de Saúde e a secretária de Estado de Cultura; Júlio César Pinto, procurador-chefe da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais - Fhemig -, representando o presidente Fhemig; Pedro Patrus e Arnaldo Godoy, vereadores do município de Belo Horizonte; Evandro Pires Fernandes, superintendente-geral da Feluma, o diretor da Faculdade de Ciências Médicas de Minas Gerais; e Joviano Mayer e Rafael Barros, do Movimento Espaço Comum Luiz Estrela, que são convidados a tomar assento à mesa. O presidente, autor do requerimento que deu origem ao debate, tece suas considerações iniciais. Logo após, passa a palavra aos convidados, para que façam suas exposições. Abertos os debates, segue-se ampla discussão, conforme consta das notas taquigráficas. A presidência retoma os trabalhos ordinários da reunião. Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2013.

André Quintão, presidente - Maria Tereza Lara - Glaycon Franco.

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO ESPECIAL PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 21.845, EM 7/11/2013

Às 14h6min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Luiz Humberto Carneiro, Paulo Guedes, Rômulo Veneroso e Lafayette de Andrada (substituindo o Deputado Zé Maia, pelo BTR), membros da supracitada comissão. Havendo número regimental, o presidente, deputado Luiz Humberto Carneiro, declara aberta a reunião e, em virtude da aprovação de requerimento do deputado Lafayette de Andrada, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a apreciar a matéria constante na pauta e a discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 1ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende a discussão e a votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário. Após discussão e votação, é aprovado o parecer pela manutenção do veto ao §3º do art. 12 e aos §§1º e 2º do art. 123 e pela rejeição do veto ao art. 125 da Proposição de Lei nº 21.845 (relator: deputado Luiz Humberto Carneiro). Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos da comissão.

Sala das Comissões, 7 de novembro de 2013.

Luiz Humberto Carneiro, presidente - Lafayette de Andrada - Rômulo Veneroso - Paulo Guedes.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 82ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA EM 12/11/2013****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)****(das 14 horas às 14h15min)**

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)**(das 14h15min às 15h15min)**

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase****(das 15h15min às 16h15min)**

Comunicações da presidência. Apreciação de pareceres e requerimentos.

Votação, em turno único, da Indicação nº 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais – Arsae-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas – IEF. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado de Minas Gerais. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Votação, em turno único, da Indicação nº 80/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis para o cargo de presidente da autarquia Junta Comercial do Estado de Minas Gerais – Jucemg. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Estado de Minas Gerais – Utramig. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais – Deop-MG. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

Discussão, em turno único, da Indicação nº 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa. A Comissão Especial opina pela aprovação do nome.

2ª Fase**(das 16h15min às 18 horas)**

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8 de julho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12 de junho de 2013.

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz.

Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a



Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso. A Comissão de Justiça concluiu pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou. A Comissão do Trabalho opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. A Comissão de Fiscalização Financeira opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2, que apresentou, e pela rejeição do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça. Emendado em Plenário, voltou o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira que opina pela aprovação das Emendas nºs 10 e 11, e pela rejeição do Substitutivo nº 3 e das Emendas nºs 1 a 9.

Discussão, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta o art. 244-A ao texto da Constituição do Estado (Determina que o Poder Público promoverá ações com vistas à melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade urbanas). A Comissão Especial opina pela aprovação da proposta na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei nº 4.352/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em turno único, do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.845, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado. A Comissão Especial opina pela manutenção do veto ao §3º do art. 12 e aos §§1º e 2º do art. 123 e pela rejeição do veto ao art. 125.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.488/2013, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 615/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural no âmbito do Estado. A Comissão de Minas e Energia opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 690/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do Selo Verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os municípios no âmbito do Estado. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 732/2011, do deputado Antônio Carlos Arantes, que institui o Sistema Estadual para Prevenção e Alerta de Catástrofes e Desastres Naturais. A Comissão de Meio Ambiente opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.651/2011, do deputado Luiz Henrique, que reconhece o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais como órgão consultivo oficial do Estado. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.176/2011, do deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências. A Comissão de Defesa do Consumidor opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.504/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a comercialização e distribuição de canudos plásticos para consumo de bebidas e outros alimentos líquidos. A Comissão de Saúde opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno, com a Emenda nº 1, que apresenta.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 2.580/2011, do deputado Pompílio Canavez, que institui no âmbito do Estado políticas públicas de equidade de gênero, objetivando coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e dá outras providências. A Comissão de Direitos Humanos opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.704/2013, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas do Estado informando sobre a proibição da venda de bilhetes lotéricos e equivalentes a crianças e adolescentes e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.841/2013, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Astolfo Dutra o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.874/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o processo de designação, a avaliação de desempenho específica e o prêmio de produtividade de Vigilância em Saúde das autoridades sanitárias de Vigilância em

Saúde no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde e altera a Lei nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.977/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 3.978/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.037/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.038/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.039/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palma o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.108/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 4.389/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiré o imóvel que especifica. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do vencido em 1º turno.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 614/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Ipuiuna o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.066/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com as Emendas nº s 1 a 8, que apresenta. A Comissão de Cultura opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Cultura, e pela rejeição das Emendas nºs 1 a 8, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.365/2012, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piedade de Ponte Nova o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.666/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.782/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, apresentada pela Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.876/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.877/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.902/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 3.903/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matipó o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.075/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coluna o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto com a Emenda nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto com a Emenda nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.231/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiúra o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do

Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.434/2013, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça.

Discussão e votação de pareceres de redação final.

ORDEM DO DIA DA 32ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9 HORAS DO DIA 12/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate, com a presença de convidados, sobre os dados relativos ao tráfico de pessoas em Minas Gerais.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 18ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Debate sobre o desenvolvimento sustentável no Sinclinal Moeda.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 34ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar nºs 53 e 54/2013, do governador do Estado; Projetos de Lei nºs 3.357/2012, da deputada Liza Prado; 4.193/2013, do deputado Rômulo Viegas; 4.219/2013, do deputado Pompílio Canavez; 4.258/2013, do deputado Rômulo Veneroso, dos deputados Ivair Nogueira e Pinduca Ferreira; 4.285/2013, do deputado Leonardo Moreira; 4.415/2013, do deputado Lafayette de Andrada; 4.439, 4.440 e 4.449/2013, do governador do Estado; 4.500/2013, do deputado Gustavo Corrêa; 4.586/2013, do deputado Cabo Júlio; e 4.628, 4.647 e 4.648/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projetos de Lei nºs 3.642/2012, do deputado Gustavo Valadares; 3.951/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.619/2013, do deputado Fabiano Tolentino; 4.631/2013, do deputado Duílio de Castro; 4.637/2013, do governador do Estado; 4.641/2013, do deputado Ulysses Gomes; e 4.642/2013, do deputado Fabiano Tolentino.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 11 HORAS DO DIA 12/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei nº 4.486/2013, do deputado Dilzon Melo.

Requerimentos nºs 5.935/2013, do deputado Braulio Braz; 5.992/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes; 5.995, 6.027 e 6.030/2013, do deputado Anselmo José Domingos, e 6.010/2013, do deputado Sávio Souza Cruz.

bDiscussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS
14H30MIN DO DIA 12/11/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projetos de Lei Complementar n°s 53 e 54/2013, do governador do Estado; Projetos de Lei n°s 3.507/2012, do Tribunal de Justiça; 3.795/2013, do deputado Paulo Lamac; 4.439, 4.440, 4.442, 4.443, 4.647 e 4.648/2013, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Em turno único: Projeto de Lei n° 4.520/2013, do deputado Luiz Humberto Carneiro.

Requerimentos n°s 6.007/2013, da deputada Liza Prado, e 6.029/2013, do deputado Ivair Nogueira.

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 22ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TURISMO, INDÚSTRIA,
COMÉRCIO E COOPERATIVISMO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 5.918, 5.919, 5.956, 5.993, 6.106 e 6.107/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 5.922/2013, do deputado Ulysses Gomes; 6.101 e 6.102/2013, da deputada Liza Prado;

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 23ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DO CONSUMIDOR
E DO CONTRIBUINTE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E
JUVENTUDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE
ÀS 14H30MIN DO DIA 12/11/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

**ORDEM DO DIA DA 20ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E
REGIONALIZAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A
REALIZAR-SE ÀS 15H30MIN DO DIA 12/11/2013**

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relatores.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário da Assembleia:

No 1º turno: Projeto de Lei n° 113/2011, do deputado Elismar Prado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimentos n°s 5.920, 5.958 e 5.994/2013, do deputado Bosco; 5.959/2013, do deputado Ivair Nogueira; 5.991/2013, do deputado Ulysses Gomes; 6.103/2013, do deputado Bonifácio Mourão.



Realização de discussão, em audiência pública com convidados, sobre a situação habitacional e jurídica de imóveis do Bairro Vera Cruz, em Belo Horizonte.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 13ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16H30MIN DO DIA 12/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário da Assembleia:

Requerimento nº 6.036/2013, do deputado Anselmo José Domingos.

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 27ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SAÚDE NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 9H30MIN DO DIA 13/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 21ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE REDAÇÃO NA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 13/11/2013

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições da comissão.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Assembleia Legislativa

O presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, no uso da atribuição que lhe confere o art. 82, XVII, do Regimento Interno, convoca reunião extraordinária da Assembleia para as 20 horas do dia 12 de novembro de 2013, destinada, na 1ª Parte, à leitura e aprovação da ata da reunião anterior; na 2ª Parte, 1ª Fase, à apreciação de pareceres, requerimentos e das Indicações nºs 69/2012, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Antônio Maurício Fortini para compor a Diretoria Colegiada da Agência Reguladora de Serviços de Abastecimento de Água e de Esgotamento Sanitário do Estado de Minas Gerais - Arsae-MG; 70/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fábio Caldeira Castro Silva para o cargo de ouvidor-geral do Estado; 71/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Bertholdino Apolônio Teixeira Júnior para o cargo de diretor-geral do Instituto Estadual de Florestas - IEF; 72/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Mônica Maria Teixeira Coelho para o cargo de ouvidora-geral adjunta do Estado; 78/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. José Murilo Resende para o cargo de presidente da Fundação de Educação para o Trabalho de Estado de Minas Gerais - Utramig; 79/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Fernando Antônio Costa Iannotti para o cargo de diretor-geral da autarquia Departamento de Obras Públicas do Estado de Minas Gerais - Deop-MG; 80/2013, feita pelo governador do Estado, do nome da Sra. Ângela Maria Prata Pace Silva de Assis para o cargo de presidente da autarquia Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - Jucemg; e 82/2013, feita pelo governador do Estado, do nome do Sr. Júlio Cezar de Andrade Miranda para o cargo de presidente da Fundação TV Minas Cultural e Educativa; e na 2ª Fase, à apreciação do Veto Parcial à Proposição de Lei nº 21.845, que dispõe sobre as políticas florestal e de proteção à biodiversidade no Estado; da Proposta de Emenda à Constituição nº 31/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva e outros, que acrescenta o art. 244-A ao texto da Constituição do Estado; e dos Projetos de Resolução nºs 4.458/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 51/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 8 de julho de 2013; 4.487/2013, da Comissão de Fiscalização Financeira, que ratifica o Convênio nº 48/2013, celebrado pelo Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz - em 12 de junho de 2013; 4.488/2013, da Mesa da Assembleia, que altera a Resolução nº 5.176, de 6 de novembro de 1997, que contém o Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais; e 4.521/2013, da Comissão de Fiscalização



Financeira, que ratifica o Convênio ICMS nº 150, de 17 de dezembro de 2012, celebrado no âmbito do Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz; dos Projetos de Lei nºs 614/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a reverter ao Município de Ipuina o imóvel que especifica; 615/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que estabelece diretrizes para a formulação da política estadual de desenvolvimento do setor de petróleo e gás natural no âmbito do Estado; 690/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a criação do Selo Verde de controle e redução do esgotamento sanitário para os municípios no âmbito do Estado; 732/2011, do deputado Antônio Carlos Arantes, que institui o Sistema Estadual para Prevenção e Alerta de Catástrofes e Desastres Naturais; 1.066/2011, do deputado Dinis Pinheiro, que institui o Estatuto de Museus e dá outras providências; 1.651/2011, do deputado Luiz Henrique, que reconhece o Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais como órgão consultivo oficial do Estado; 1.968/2011, do deputado Tiago Ulisses, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conselheiro Lafaiete parte do imóvel que especifica; 2.176/2011, do deputado Leonardo Moreira, que disciplina a venda eletrônica de produtos e serviços por meio de sítios de compra coletiva pela internet e estabelece critérios de funcionamento para essas empresas no Estado e dá outras providências; 2.504/2011, do deputado Arlen Santiago, que dispõe sobre a comercialização e distribuição de canudos plásticos para consumo de bebidas e outros alimentos líquidos; 2.580/2011, do deputado Pompílio Canavez, que institui no âmbito do Estado políticas públicas de equidade de gênero, objetivando coibir práticas discriminatórias nas relações de trabalho urbano e rural, bem como no âmbito dos entes de direito público externo, das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias e dá outras providências; 3.365/2012, do deputado Fred Costa, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Piedade de Ponte Nova o imóvel que especifica; 3.666/2012, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Jacutinga o imóvel que especifica; 3.704/2013, do deputado Cabo Júlio, que dispõe sobre a afixação de cartazes nas casas lotéricas do Estado informando sobre a proibição da venda de bilhetes lotéricos e equivalentes a crianças e adolescentes e dá outras providências; 3.782/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de São Sebastião da Bela Vista o imóvel que especifica; 3.813/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Luz o imóvel que especifica; 3.814/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.816/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Uberlândia o imóvel que especifica; 3.817/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Quartel Geral o imóvel que especifica; 3.818/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pitangui o imóvel que especifica; 3.819/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 3.841/2013, do deputado Gustavo Valadares, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Astolfo Dutra o imóvel que especifica; 3.874/2013, do governador do Estado, que dispõe sobre o processo de designação, a avaliação de desempenho específica e o prêmio de produtividade de Vigilância em Saúde das autoridades sanitárias de Vigilância em Saúde no âmbito da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais e altera a Lei nº 15.474, de 28 de janeiro de 2005; 3.876/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Três Corações o imóvel que especifica; 3.877/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Guarani o imóvel que especifica; 3.900/2013, do deputado Rogério Correia, que autoriza o Departamento de Estradas de Rodagem de Minas Gerais - DER-MG - a doar ao Município de São José da Lapa os imóveis que especifica; 3.902/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Pirapora o imóvel que especifica; 3.903/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Matipó o imóvel que especifica; 3.977/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Carmo do Rio Claro o imóvel que especifica; 3.978/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Paineiras o imóvel que especifica; 4.037/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Juiz de Fora o imóvel que especifica; 4.038/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Contagem o imóvel que especifica; 4.039/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Palma o imóvel que especifica; 4.075/2013, do deputado Dinis Pinheiro, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Coluna o imóvel que especifica; 4.107/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Presidente Olegário o imóvel que especifica; 4.108/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Conceição da Aparecida o imóvel que especifica; 4.189/2013, do governador do Estado, que cria o Fundo Estadual dos Direitos do Idoso; 4.231/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiúra o imóvel que especifica; 4.352/2013, do governador do Estado, que autoriza a abertura de crédito suplementar ao Orçamento Fiscal do Estado em favor do Fundo Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor; 4.389/2013, do governador do Estado, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Ibitiré o imóvel que especifica; e 4.434/2013, do deputado Lafayette de Andrada, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Barbacena o imóvel que especifica; e à discussão e votação de pareceres de redação final.

Palácio da Inconfidência, 11 de novembro de 2013.

Dinis Pinheiro, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duílio de Castro, Lafayette de Andrada, Marques Abreu e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2013, às 9h45min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o parecer para o 1º turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Sebastião Costa, presidente.



EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Esporte, Lazer e Juventude

Nos termos regimentais, convoco os deputados Ulysses Gomes, Mário Henrique Caixa, Tadeu Martins Leite e Tenente Lúcio, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2013, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de debater, em audiência pública com convidados, o Projeto de Lei nº 4.061/2013, do deputado Cabo Júlio, que institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Estadual de Juventude; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Marques Abreu, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Ação Social

Nos termos regimentais, convoco os deputados Bosco, Celinho do Sintrocel, Juninho Araújo e Neilando Pimenta, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2013, às 14h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, os Projetos de Lei nºs 2.268/2011, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 3.002, do deputado Luiz Humberto Carneiro, 3.494/2012, do deputado João Leite, 3.581/2012, do deputado Fábio Cherem, 3.599/2012, do deputado Luiz Humberto Carneiro, 4.119/2013, do deputado Célio Moreira, 4.134/2013, do deputado Paulo Lamac, 4.333/2013, do deputado Jayro Lessa, 4.360 e 4.497, do deputado Dinis Pinheiro, 4.501/2013, do deputado Tiago Ulisses, 4.509/2013, do deputado Tadeu Martins Leite, 4.517/2013, do deputado Dinis Pinheiro, 4.532/2013, do deputado Leonídio Bouças, e 4.559/2013, do deputado Fabiano Tolentino; de votar, em turno único, os Requerimentos nºs 6.005/2013, do deputado Bosco, e 6.035/2013, da Comissão de Participação Popular; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Rosângela Reis, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia

Nos termos regimentais, convoco a deputada Maria Tereza Lara e os deputados Bosco, Deiró Marra e Elismar Prado, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 14/11/2013, às 14 horas, na Câmara Municipal de Curvelo, com a presença de convidados, com a finalidade de debater e apoiar o projeto de transformação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais em Universidade Tecnológica e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Duarte Bechir, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Saúde

Nos termos regimentais, convoco os deputados Carlos Pimenta, Arlen Santiago, Doutor Wilson Batista e Pompílio Canavez, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/11/2013, às 9h30min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar, em turno único, o Projeto de Lei nº 4.529/2013, do deputado João Vítor Xavier, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 11 de novembro de 2013.

Carlos Mosconi, presidente.



PRONUNCIAMENTOS REALIZADOS EM REUNIÃO ANTERIOR

80ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA

Discursos Proferidos em 5/11/2013

O deputado Carlos Mosconi* - Sr. Presidente, parlamentares, gostaria de cumprimentar todos os presentes, inclusive o presidente da Funed, que se encontra aqui, Sr. Augusto Monteiro Guimarães. É uma honra para esta Casa recebê-lo nesta tarde.

Gostaria, Sr. Presidente, de fazer alguns comentários sobre o andamento do projeto de lei, que tivemos a oportunidade de levar a Brasília. O deputado Pompílio Canavez esteve conosco, quando levamos até lá 616 mil assinaturas do Programa Assine+Saúde. Fomos recebidos pelo presidente da Câmara dos Deputados, deputado Henrique Eduardo Alves, e por vários deputados de Minas Gerais e de outros Estados. Eles nos receberam da melhor maneira possível e nos deram o alento de que o projeto de iniciativa popular, que visa a melhorar o financiamento da saúde no País, pudesse ter um caminho positivo. Foi esta, aliás, a afirmação que tivemos naquela oportunidade. Na semana passada, Sr. presidente, estive em Brasília, exatamente para ter a informação sobre o andamento desse projeto. Lá, me reuni com deputados de diversos partidos e deles recebi a informação de que o projeto estava



caminhando com muita dificuldade e já havia passado por uma comissão. Mas havia uma dificuldade muito clara, da parte das lideranças do governo, para que o processo tivesse andamento. Algumas modificações já estavam sendo introduzidas ao projeto, porque o projeto pretendia, basicamente, que a União contribuísse com 10% do seu orçamento bruto para o financiamento da saúde no País. Esse percentual não estava sendo aceito pela União, e algumas opções estavam sendo propostas. Muito bem, acho que isso é democrático. Talvez, os 10% não sejam possíveis, mas vamos ver o que será. Já vi o projeto lá três vezes, mas é lamentável que, até agora, a discussão não tenha ocorrido em Plenário.

De antemão, a União deverá resolver ou diminuir esse percentual sem discussão. Se isso não for possível, não o fará? Não é bem assim. De um lado, temos a arrecadação da União aumentando todos os dias, batendo todos os recordes, e, quando se fala em gasto com a saúde, não é possível discuti-lo?

As coisas, mesmo com dificuldade, estão caminhando. Algum percentual, não em relação à receita bruta, mas à receita corrente líquida, que propõe 18% e que seria quase igual aos 10%, mas que está caindo para 15%, 12% da receita líquida. Falávamos em valores de R\$40.000.000.000,00 por ano no projeto original dos 10%, mas, se formos aprovar o que pretende a União, vamos cair para R\$8.000.000.000,00, R\$9.000.000.000,00, o que, naturalmente, não será suficiente para o atendimento das necessidades da saúde no País.

As coisas estão caminhando, mas quero alertar para a dificuldade do problema. Tivemos a preocupação de levar esse projeto lá, na primeira quinzena de agosto, de tal maneira que teríamos os meses subsequentes do segundo semestre para que pudesse passar pelas comissões, ser discutido e encaminhado ao Plenário. Esclareço que o projeto tem de ser votado duas vezes no Plenário da Câmara e duas vezes no Plenário do Senado. Assim, teríamos tempo para isso. Acreditamos que, no ano que vem, como é ano eleitoral, pode não ser possível a aprovação desse projeto. Portanto, se ele não for aprovado este ano, ficará difícil aprová-lo, em vista do tempo. Dificilmente essa aprovação poderá ocorrer no ano que vem. A pressão agora se faz necessária. É bom que conversemos com os parlamentares com quem temos convivência, a fim de que esse andamento possa ser apressado e, ao final das contas, possamos ter pelo menos o alento de que alguma mudança ocorra no ano que vem em relação à saúde.

Deputado Duarte Bechir, peça-lhe mais um minuto para concluir meu raciocínio. Se esse projeto não for aprovado no próximo ano, vamos enfrentar dificuldades crescentes, dificuldades maiores na área da saúde. As coisas vão acontecendo de tal maneira, que vamos percebendo a falta de planejamento na área da saúde como um todo, e as consequências estão aí. De um lado, vemos, por exemplo, as santas casas, que contaram agora com uma iniciativa do governo, do Ministério da Saúde, na renegociação das dívidas desses hospitais, prolongando-as para 15 anos. Houve também algumas outras medidas no sentido de atenuar o grave problema por que passam os hospitais filantrópicos no Brasil, cujas dívidas são absolutamente impagáveis. Basta dizer que a Santa Casa de Belo Horizonte deve por volta de R\$200.000.000,00; a Santa Casa de São Paulo, quase R\$300.000.000,00; e as santas casas do Brasil, os hospitais filantrópicos de maneira geral, têm um somatório de dívidas da ordem de R\$15.000.000.000,00. Percebemos que essas dívidas não são possíveis de ser pagas. A iniciativa do governo visa a tornar factível, se isso é possível, o pagamento dessas dívidas, fazendo com que elas sejam estendidas até 15 anos e com juros mais baixos.

Pois bem, fazemos algumas indagações. O problema foi resolvido? Há um encaminhamento para que surja uma solução em que não haja mais endividamento por parte dos hospitais? Não. Não tocaram nessa questão, deputado Doutor Wilson, deputado Antônio Carlos. Essa questão foi deixada de lado. Então, os hospitais vão fazer de conta que vão pagar a dívida, porque não vão pagá-las, pois será em 15 anos. Que dívida é essa por 15 anos e com juros baixos? Tudo bem. O endividamento vai continuar, deputado Almir Paraca. O que está fazendo esses hospitais se tornarem endividados? É exatamente o subfinanciamento do SUS e sua tabela totalmente defasada. Não sei se vale a pena, em um momento como esse, fazer um reajuste da tabela. Não sei se isso será possível, será válido, ou será conveniente. Talvez possamos mudar o sistema, o modelo, por meio de “contratualização”, e não pagar mais por procedimento. Se não abordarmos a raiz do problema, ele continuará. No ano que vem, os hospitais estarão endividados novamente e não poderão fazer frente às suas necessidades.

O deputado Duarte Bechir (em aparte) - Caro deputado Carlos Mosconi, ao falar em saúde pública, em Minas Gerais, V. Exa. é, sem dúvida alguma, uma das maiores autoridades, o maior conhecedor. Também no Congresso, como deputado federal, foi V. Exa. quem colocou em debate as melhorias da instituição do SUS e, claro, está hoje aqui discutindo conosco as necessidades do aprimoramento. Deputado Carlos Mosconi, é inevitável dizer que o financiamento do sistema de saúde precisa ser levado mais a sério.

Em relação à fala de V. Exa., nesta Assembleia, indicamos ao governo federal, através das assinaturas, a necessidade do Mais Saúde, para que o governo, assim como os estados e municípios, tenha o mínimo de aplicação na saúde, para dar à população a resposta que esta tem buscado. Vemos, deputado Carlos Mosconi, que os municípios estão falidos. Prefeitos assumem para si todas as responsabilidades do município, e, não tendo a mão do governo federal para ajudar, são os municípios os primeiros a ser chamados ao trabalho, mesmo sem condições de assim fazê-lo, por não terem recursos.

A fala de V. Exa. é de uma autoridade e, mais do que isso, é de alguém que vive o dia a dia da saúde. Não basta, deputado Carlos Mosconi, saber entender o que está escrito. É preciso viver o que está acontecendo, e V. Exa. se constitui nessa autoridade, que engrandece o Estado nesta Casa, com a atuação serena e comprometida que tem tido para com Minas Gerais. Parabéns pela fala. Era tão somente isso, deputado.

O deputado Carlos Mosconi* - Agradeço muito o aparte de V. Exa., que enriquece muito o meu pronunciamento.

Antes de passar a palavra ao deputado João Leite, gostaria de fazer uma observação. De um lado, vemos a tentativa de sobrevivência dos hospitais filantrópicos do Brasil com essa medida tomada de Brasília, que não vai ao âmago da questão, fica na periferia do problema. Vamos lá para ver o que vai acontecer no ano que vem; certamente haverá problema novamente.

Por outro lado, deputado João Leite, nestes dias teremos a chegada de aproximadamente 4 mil médicos cubanos, a quem eu aqui, desta tribuna, dou as boas-vindas. Espero que sejam felizes no Brasil e atendam bem à população brasileira, porque essa será a função deles em nosso país. Esses médicos cubanos vêm, pelo que dizem, com a bandeira da solidariedade ao Brasil, com o que não concordo de maneira alguma. Não é isso. Eles virão com salário para exercer trabalho profissional. Podem ser solidários, até



agradecemos a solidariedade, mas o que esses 4 mil farão aqui - e sei que agora chegarão a 12 mil médicos estrangeiros - é trabalhar. O que não tinha sido dito antes está sendo dito agora. Espero que eles sejam bem recebidos, como recebemos bem os estrangeiros que vêm ao nosso país. Quem vem para trabalhar recebemos de braços abertos, e é assim que temos de fazer, essa é a nossa índole. O que não podemos fazer é rasgar as leis brasileiras, não podemos desprezar o que acontece no Brasil.

Então, ao mesmo tempo que chegaram esses médicos cubanos, dias atrás tivemos o exame do Revalida. Fizeram esse exame 1.590 médicos brasileiros, bolivianos, peruanos, principalmente médicos brasileiros formados no exterior. O que aconteceu com eles...

O deputado João Leite (em aparte) - Os cubanos não fizeram o exame.

O deputado Carlos Mosconi* - Os cubanos não fizeram porque agora eles se abstêm para que não fique evidente o resultado. Antes eles faziam o exame, e o resultado deles era o mesmo dos demais médicos que citei agora. Era a mesma coisa. Noventa por cento dos médicos que fizeram o Revalida foram reprovados. Imaginem, quase 1.600 médicos. Apenas 150, 160 médicos foram aprovados, ou seja, houve 90% dos médicos reprovados.

Parece uma incoerência muito visível isto: de um lado, chegam os médicos que vêm trabalhar no Brasil com um salário bom; porém, não serão eles que irão ganhar, e sim o país deles, pois foi feito um acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, R\$10.000,00 para cada um. Os cubanos vêm e não fazem o exame. E, ao mesmo tempo, 1.600 médicos fazem o exame, e quase todos são reprovados. Será que é justo isso? É coerente essa atitude? Gostaria de saber.

Uns podem trabalhar no Brasil sem fazer exame nenhum. “Não, mas vou fazer um curso de três meses”. Mas um curso de três meses é suficiente?! Podem fazer curso de três meses, seis meses, um ano, não tem importância. Mas o que eu e o que o Brasil queremos saber é se eles têm condições técnicas, profissionais, médicas para exercer a profissão no País. Por que não temos o direito de saber? Não temos juízes no Brasil? Então, vamos trazer juízes de fora do País e não vamos saber como eles são, se são competentes. Não temos promotores? Então, vamos trazer promotores de fora do Brasil sem saber qual a formação que eles têm. Não temos engenheiros? Então, vamos tomar essa providência também.

Há uma incoerência nessa questão. “Mas eles vão ficar um tempo determinado.” Quem disse que ficarão por tempo determinado aqui? “Terminado o prazo, eles vão querer ir embora.” Podem dizer que os médicos do Brasil não querem estar lá. Essa é que é a questão.

Deputado João Leite, já lhe concederei aparte.

Os médicos brasileiros não querem ir porque, ao contrário dos médicos de Cuba, eles conhecem a situação das cidades para onde eles vão. E elas não têm estrutura nenhuma. Os médicos cubanos não a conhecem, eles estão vindo no escuro. Os brasileiros dizem que lá não há condições de exercer a profissão. Não houve planejamento, condição, investimento na saúde para que se pudesse providenciar que o médico, formado ou aqui ou no exterior, fosse tranquilamente para um lugar que não tem essa estrutura.

Podem achar que isso resolverá o problema, mas nem de longe vai resolver. Isso pode atenuar minimamente, porque o médico conversará com as pessoas. Vai dar uma sensação de que agora, de repente, melhorará. Mas nem de longe, caro deputado João Leite, a situação será solucionada com essa providência.

O deputado João Leite (em aparte) - Deputado Carlos Mosconi, no sábado a presidenta Dilma fez reunião de emergência com 15 dos 39 ministros. Na verdade, não cabem 39 ministros; só no Itaquerão, estádio do Corinthians, para caberem os 39. Ela não conseguiu fazer ainda uma reunião com os 39. Ela cobrou, está aqui a manchete do jornal *Zero Hora*, do Rio Grande do Sul: “Dilma cobra agilidade de ministros para acelerar projetos no Rio Grande do Sul”. Ela está cobrando a ponte do Guaíba, as Rodovias 448, 386 e a duplicação da Pelotas-Rio Grande. Um dos mais cobrados na reunião foi o titular da Saúde, Alexandre Padilha. Dilma quis saber detalhes sobre a chegada dos profissionais do Mais Médicos aos municípios e determinou total empenho para que o programa, que deverá ser uma das principais bandeiras de campanha, ande. O ministro precisou detalhar ainda o andamento da construção das unidades de pronto atendimento - UPAs - no Rio Grande do Sul. São previstas 34 UPAs, mas, até agora, apenas 5 saíram do papel, segundo o *site* governamental. Foi uma guerra entre Dilma e o ministro Padilha; ela quer mais médicos cubanos no Rio Grande do Sul e a construção das obras nesse estado. É a presidenta mineira mesmo ou é gaúcha?

O deputado Carlos Mosconi* - Fala “tchê” ou fala “uai”? Pois é, caro deputado João Leite. Veja bem, essa questão mostra as contradições do governo. A pressa para chegarem os médicos é porque o ano que vem está chegando, essa é a verdade. Quando falo de planejamento inadequado, malfeito, são as UPAs. V. Exa. sabe que há centenas de UPAs no Brasil construídas, terminadas, e não funcionando porque quem as mantém, quem as banca são as prefeituras, que não têm dinheiro para isso. Lá em Poços de Caldas foi feita uma UPA. Toda hora sai na TV que há não sei quantas UPAs no Ceará sem funcionar porque os municípios têm receio. Dizem que não têm como contratar esses profissionais porque não terão recursos para sua manutenção. São esses os equívocos com que precisamos conviver sem nenhum sinal de melhora para uma área tão importante do País: a saúde. Obrigado, deputados.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Duílio de Castro - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, público que nos honra com a presença, todos os mineiros que nos acompanham pela TV Assembleia, saúdo-os.

Sr. Presidente, abordo um assunto de importância muito grande, tenho certeza de que é preocupação de todos os deputados, todas as deputadas e do presidente desta Casa, assim como de todos os mineiros e de todos os brasileiros, que são exatamente essas ações propostas através do Plano Nacional de Educação - PNE -, que pedem, infelizmente, o fechamento das Apaes. Estamos preparando, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, um grande movimento na cidade de Sete Lagoas. Queria aproveitar e convidar a todos que estão aqui conosco a comparecer, no sábado de manhã, às 9 horas, na praça da feirinha, no entorno da Lagoa Paulino, em Sete Lagoas, para realizarmos o primeiro ato público contra mais uma decisão do governo federal de, infelizmente, não apoiar as políticas inclusivas que a população quer. Infelizmente, tomaram uma decisão de criar, dentro do PNE, um novo sistema de inclusão, que significa reunir os jovens, os alunos atendidos pela Apae e sentenciar-lhes: “Temos de matriculá-los nas escolas regulares, nas escolas normais”.

Ora, deputados, deputadas, hoje as próprias escolas regulares não têm condições de receber nem os alunos ditos normais, porque precisam de nova estruturação - essa é a nossa realidade. Nossa educação precisa de nova estruturação. Precisamos oferecer salários dignos aos professores, precisamos de segurança dentro das escolas, propiciar aos professores condições de darem aula, precisamos de logística, de informatização. As escolas de Primeiro Mundo hoje já têm *tablets*, já têm computadores, já têm toda uma logística de informática para preparar o aluno para o futuro.

Agora, vem o governo com essa nova proposta, que está no Senado Federal, querendo modificar a inclusão dessas pessoas, desses alunos da Apae nas escolas normais, que não estão preparadas. Quem dera nossas escolas estivessem preparadas para receber esses alunos, seria uma maravilha. Mas, não. O governo deveria, em vez de uma proposta dessas ao PNE, fazer um trabalho de federalização das Apaes. É trabalho, é responsabilidade do governo federal assumir para si todo o ensino dessas pessoas, desses alunos especiais que a Apae acolhe. Infelizmente, vemos, por essa nova proposta, que o governo está muito mais preocupado em contar com a matrícula desses alunos nas escolas normais, para contar números, do que em instaurar políticas públicas inclusivas, vez que a escola não está preparada. Na verdade, precisamos modernizar as Apaes, transformar seu atendimento, não só nas oficinas, mas dotá-las de meios para tratamento odontológico, tratamento médico, transformá-las em unidades de ensino bancado pelo governo federal, para que elas contem com recursos do governo federal para se transformarem numa grande escola inclusiva. Não é sensato remover esses alunos e tentar colocá-los em escolas normais, que não estão preparadas. Aí, sim, vai haver *bullying*, aí, sim, vai haver discriminação, porque ali não há ambiente preparado, não há professores qualificados e habilitados para resolver, para educar e, principalmente, para acompanhar essas pessoas especiais que vieram ao mundo e que precisam de tratamento especial. Elas precisam de uma escola apropriada, uma escola preparada para recebê-las.

Essa não é a proposta que está no PNE. Fiz um levantamento, e, na verdade, o governo vem, há bastante tempo, modificando, tentando fazer, cada vez mais, propostas que não são de interesse da população. Se perguntarem à população se essa é a proposta que ela quer para, principalmente, os pais que dependem daquela escola e que têm uma pessoa especial em casa, 100% responderão que não. Então o governo, mais uma vez, não ouve a população.

Temos vários decretos, como os de 2007, 2008, 2010 e 2011, e agora um novo substitutivo em 2011, que é o relatório substitutivo dentro do PNE. Ficamos indagando de onde saiu uma proposta dessa.

Vamos sair em defesa das Apaes. É esse ato público que faremos em Sete Lagoas. Vamos dar o pontapé inicial, neste sábado, às 7 horas da manhã. Vamos receber inúmeras lideranças federais, senadores, deputados estaduais, prefeitos das regiões, a população e a escola. Vamos para as ruas tentar sensibilizar o governo federal e dizer que as Apaes precisam estar abertas, necessitam de injeção de recursos para serem transformadas numa grande escola de ensino, com profissionais preparados para atender a essas pessoas especiais. Infelizmente, hoje não vemos políticas públicas assumidas pelo governo federal. E sabemos que a responsabilidade de fazer esse trabalho é dele. Muitas vezes esses recursos que chegam do governo federal, por meio de convênio realizado com os municípios, são insuficientes. As Apaes trabalham muito mais com as pessoas que ajudam de coração, realizando um trabalho que é de responsabilidade do governo federal.

O deputado Bosco (em aparte)* - Prezado deputado Duilio de Castro, quero, inicialmente, cumprimentá-lo por trazer a esta tribuna, na reunião de hoje, um assunto tão relevante quanto esse da questão das nossas Apaes, que diz respeito à Meta 5 do Plano Nacional de Educação, aprovado pelo Congresso Nacional, pela grande maioria dos deputados federais deste país, e que agora tramita no Senado Federal, correndo o risco de ter uma alteração na Meta 5, sob a orientação do governo federal, por meio do MEC.

Já tivemos a oportunidade de nos manifestar em Brasília, nesta Assembleia Legislativa, juntamente com V. Exa. e com o presidente Dinis Pinheiro, em solidariedade às Apaes. Conhecemos muito bem o trabalho realizado por essas entidades. Eu diria, caro deputado Duilio de Castro, feliz do Brasil, que tem um sistema apaeano, feliz dos estados e municípios que hoje contam com uma estrutura, com uma sede da Apae. Sabemos que essa clientela, essas pessoas assistidas pelas Apaes, é de alunos que, realmente, são portadores de necessidades especiais, que precisam de um carinho todo especial, todo diferenciado, uma atenção especial de profissionais altamente qualificados e preparados. Sabemos, também, que a grande maioria desses alunos hoje atendidos pelas Apaes não tem condições de ser atendida nas nossas escolas regulares, quer seja de âmbito municipal, estadual e até mesmo federal. Nossas escolas, de fato, como V. Exa. disse, bem como os profissionais não estão preparados para receber esses alunos. Temos hoje salas de aula com 35, 40 alunos, quando, na verdade, esses alunos que hoje são atendidos pela Apae demandam, às vezes, um profissional em tempo integral para cuidar de um, dois, três alunos, no máximo. Então estamos na expectativa, estamos com V. Exa., com a Assembleia de Minas, para poder, realmente, manifestar o nosso apoio em favor da Apae. Queremos dizer ao Senado Federal que não cometa essa injustiça, que não cometa mais esse erro, sobretudo com as nossas Apaes, alterando a Meta 5 do Plano Nacional de Educação. Queremos e somos pela manutenção da Meta 5 do Plano Nacional de Educação, de acordo com aquilo que foi votado e aprovado no Congresso Nacional.

O deputado Duilio de Castro - Para terminar esse assunto, pois também há outro importante, quero agradecer ao presidente desta Casa, que é um parceiro desse ato público; ao prefeito de Sete Lagoas e a toda sua equipe de trabalho; aos comerciantes; a todos que de alguma maneira estão envolvidos nesse ato. Sete Lagoas estará de braços abertos esperando os deputados que, com certeza, são parceiros e têm ideia de que precisamos melhorar cada vez mais as políticas públicas para as pessoas especiais, para os alunos especiais.

Presidente, tenho outro assunto que não dará tempo de abordar, mas que tenho trazido muito a esta Casa e vou continuar a fazê-lo. Precisamos mudar o perfil de ação que, infelizmente, o Brasil tem adotado para seus federados: o massacre que se faz aos municípios mineiros. Infelizmente essa é a política do governo federal. Trouxe aqui o jornal *O Tempo*, que vem mostrando que 71 prefeituras prometem parar, no mínimo, dois dias, em protesto contra a falta de recursos. Eles prometem fazer um ato público em frente à Receita Federal de Montes Claros e de Belo Horizonte. Deveriam fazer esse ato público em frente à porta da presidente Dilma. O que estamos vendo aqui é impossível. Vou citar somente duas cidades, mas elas não são diferentes das outras. Neste mês, Porteirinha receberia um recurso do Fundo de Participação de Municípios de R\$623.000,00, mas houve um bloqueio de R\$546.00,00 nesse fundo. A cidade de



Gameleira receberia R\$207.000,00, mas houve uma retenção de R\$200.000,00 no seu Fundo de Participação dos Municípios. Para quem quiser ler, está no jornal *O Tempo*. Isso é inaceitável. É impossível a sobrevivência das prefeituras com esse modelo de Federação implantado no Brasil. Dos recursos arrecadados pelos impostos que nós pagamos - que não é pouco, pois corresponde a quase 40% daquilo que recebemos - 70% vai para Brasília. Ali está toda a concentração dos recursos, e o dinheiro não chega aos municípios.

Hoje os prefeitos estão trabalhando, estão sendo eleitos para serem despachantes da presidente Dilma, para assinarem, para pagarem os convênios decididos atrás de uma mesa em Brasília. Mas lá eles não conhecem a situação de cada município não só de Minas Gerais mas do Brasil inteiro. Quem conhece as necessidades das políticas públicas municipais são os vereadores, os prefeitos, as pessoas que vivem na cidade. Criam cada vez mais convênios, jogam em cima do município a responsabilidade operacional. Dão a máquina, mas o operador, o óleo e o cascalho é de responsabilidade do município. Dão a ambulância, mas o motorista, a gasolina, a manutenção é do município. Isso não é diferente nas creches, não é diferente nos programas de saúde, nos PSFs e nos ESFs dos municípios. E não há Cristo que consiga achar uma boa matemática para produzir políticas públicas com os recursos que chegam ao município. Os prefeitos ficam ali para assinar e pagar os convênios produzidos em Brasília e que muitas vezes não são necessidade do município.

Precisamos levar essa reivindicação, precisamos fazer um grande ato público na porta da presidente. Temos de dizer que precisamos votar o pacto federativo, precisamos votar a reforma tributária, precisamos que os recursos cheguem aos municípios para que produzam as políticas públicas que os gestores prometeram quando das eleições. Isso infelizmente não está acontecendo. Mais uma vez chamamos a atenção, pois precisamos fazer esse ato em favor dos gestores, em favor dos municípios, não só do povo mineiro mas também do povo brasileiro.

O deputado Bosco (em aparte)* - Deputado Duílio de Castro, gostaria apenas de fazer uma correção. Quando aparteei V. Exa. para tratar da importante questão da Apae, fiz referência à Meta 5 do plano nacional, mas minha intenção foi me referir à Meta 4. É essa que queremos que o Congresso Nacional mantenha na íntegra, como foi votada anteriormente.

O deputado Duílio de Castro - Bem lembrado, deputado Bosco, mas a população que está acompanhando esse assunto sabe disso. Reitero o convite para que todos participem do evento desse sábado, que será o pontapé inicial, dado mais uma vez por esta Casa. Queremos fazer esse ato público em todo o Estado, para mostrar que Minas Gerais está atenta às necessidades e, principalmente, ao desejo da família mineira e brasileira. Obrigado, presidente.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Pompílio Canavez* - Boa tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia ou pela Rádio Assembleia. Fiz inscrição, presidente, para falar um pouco do Sul de Minas, especialmente sobre o Lago de Furnas e a economia da região, mas, antes, gostaria de comentar a fala do deputado Carlos Mosconi e parte do pronunciamento do deputado João Leite.

Sou membro da Comissão de Saúde e, realmente, participei da coleta de assinaturas por mais recursos para a saúde em nosso país, com um investimento maior do governo federal, que tem sua parte nisso. Mas não podemos nos esquecer da parte que cabe ao governo do Estado, que historicamente não vem aplicando na saúde os 12% a que a Constituição o obriga, o que deixa os municípios em uma situação bastante complicada. Mas, como dizia, fui um dos que buscarem assinatura por mais e novos recursos na área da saúde, porque de fato acredito nisso. Mas isso não é tudo, até porque o projeto de iniciativa popular está no Congresso, e creio que, apesar das dificuldades que já existem ou que vão surgir, ele será aprovado.

Quero agora falar das críticas ao programa Mais Médicos feitas aqui. Ora, o povo brasileiro aprovou amplamente esse programa, como é sobejamente sabido. É um programa vitorioso e importante. A presidenta Dilma ouviu o clamor das ruas e, realmente, tomou uma atitude de governo. Primeiro, abriu as inscrições para que os médicos brasileiros pudessem ocupar as vagas nas periferias das grandes cidades e nos municípios do interior do Brasil. Depois, prorrogou o prazo para essa inscrição, mas infelizmente os médicos brasileiros que se inscreveram, por razões pessoais acabaram desistindo. Esse é um direito que têm; eles têm o direito de não querer ficar. Foi depois disso que a presidenta Dilma abriu a possibilidade de inscrição para os médicos estrangeiros. Aí, um grande número de médicos cubanos se inscreveram, e muitos deles já estão no Brasil. Aliás, a presidenta Dilma declarou recentemente que em dezembro haverá uma nova etapa de inscrição. Primeiro, novamente para os médicos brasileiros que queiram ajudar o Brasil, trabalhando na periferia das grandes cidades e no interior do Estado e do País. Findo esse prazo, se não houver inscrições em número suficiente, vamos abrir as inscrições novamente para os médicos estrangeiros.

Até março, deputado Doutor Wilson Batista, os médicos estrangeiros que estão chegando e os outros que ainda chegarão atenderão a uma população do tamanho da população da Argentina. Essa população não tem médico e às vezes precisa, como já falei aqui, de coisas simples - uma cadeira, uma mesa, e um médico que peça ou faça um exame, converse. Muitos brasileiros não têm esse direito elementar.

A presidenta Dilma agiu como um governante deve agir; preocupou-se como um governante deve-se preocupar. Faltam médicos, mas não é só isso. O deputado Doutor Wilson Batista, a quem daqui a pouco concederei aparte, também é médico, e, assim como eu, participa da Comissão de Saúde. Aliás, o único que não é médico na Comissão de Saúde sou eu. Procuo trazer um olhar de quem já foi prefeito, do cidadão que não tem o privilégio de ter o saber da medicina, mas que sabe das coisas do dia a dia ou pelo menos já vivenciou muita coisa. Sabemos, deputado Doutor Wilson Batista, que muitas deficiências da saúde no nosso país não são apenas falta de recursos ou de estrutura. Há muita estrutura às vezes mal-usada, mal-dimensionada, muitos recursos desperdiçados. É preciso melhor gestão.

V. Exa. se lembra de quando chamamos aqui o secretário de Saúde para explicar por que Minas Gerais bateu o infeliz recorde de estado que mais teve dengue este ano. O Antônio Jorge, secretário de Saúde, disse que foi porque houve 83% de renovação nos municípios mineiros, e a maioria das equipes de saúde foi trocada. Os mosquitos gostaram disso. Então há falta de preparo, gestão ineficiente, ineficácia, e não é só dinheiro que resolve.



O deputado Carlos Mosconi falou agora há pouco das dificuldades dos hospitais. Também aí falta gestão mais profissional, que busque potencializar os recursos existentes. Quando fui prefeito vivenciei bastante essas questões da saúde. Aliás, quando fui eleito, o principal problema de Alfenas era a saúde. Depois de cinco anos, saí da prefeitura com 83% de aprovação na gestão de saúde. Infelizmente, parece que a cidade agora está voltando aos índices antigos, por falta de visão de gestão; falta de compreender que os governantes cuidam de saúde, não de doença. A maioria dos governantes pensa que está cuidando de saúde ao cuidar de doença. Eles têm que cuidar da prevenção, evitar que o povo fique doente e vá parar nos hospitais.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte)* - Deputado Pompílio Canavez, gostaria de agradecer a oportunidade que me dá e parabenizar V. Exa. por tratar desse tema muito importante, mas gostaria também de fazer alguns questionamentos que acho relevantes e sobre os quais precisamos refletir. Penso que algumas medidas são tomadas, mas por pessoas que não estão no dia a dia vivenciando nossa realidade. Parece que as coisas são decididas a distância, sem ouvir a população, sem estar ao lado do médico, dos pacientes que dependem da rede pública, dos motoristas que enfrentam nossas estradas esburacadas, no dia a dia do trabalhador.

Por exemplo, todos concordamos com o Mais Médicos. É preciso mais médicos que atendam ao SUS. Mas deixarei um dado para refletirmos: 50% dos nossos médicos, que são treinados e têm seu diploma revalidado, que têm seu conhecimento aprovado pelo Conselho Federal de Medicina, com treinamento adequado, não atendem ao SUS. Por que não atendem ao SUS? Temos médicos suficientes, mas metade deles não atendem ao SUS porque o SUS não é financiado adequadamente. Por aí já responderíamos. Vamos financiar adequadamente o SUS?

Aí, sim, teremos médicos treinados, capacitados, que vão poder socorrer a população de forma correta.

Outro dado importantíssimo é que, dos médicos que atendem hoje pelo SUS, muitos não atendem integralmente. Sabemos que hoje há hospitais financiados com recursos públicos, com o dinheiro dos governos estadual, municipal e federal, onde os médicos que prestam atendimento, às vezes, recusam-se a atender os pacientes do SUS. Isso num hospital que é financiado pelo SUS. Mas por quê isso acontece? Porque o sistema não está adequadamente financiado.

Propusemos aqui uma lei para que todo o corpo clínico de um hospital que recebe recursos públicos atenda, sim, os pacientes do SUS, não podendo usar o hospital público para atender exclusivamente paciente particular ou de convênio. Então existem ainda algumas medidas a serem tomadas que talvez tragam mais resultados que projetos apressados, em que trazem médicos com diplomas sem o conhecimento revalidado para atender a população que mais precisa e que mais depende de atendimento de qualidade.

O deputado Elismar Prado (em aparte)* - Obrigado, deputado Pompílio. Serei então breve e, no próximo pronunciamento, direi o que pretendia. Quero simplesmente parabenizar V. Exa. e dizer que precisamos de mais médicos, sim, e que toda a população aprova a medida.

Gostaria de ressaltar que, em Minas Gerais, tivemos a medida do governo do Estado, que conseguiu aprovação no Tribunal de Contas do Estado para investir em saúde menos do que determina a Constituição. Por meio de um termo de ajustamento de gestão - TAG -, o governo investe menos na saúde do que a Constituição obriga. Mas isso é lamentável, precisamos de mais investimentos e mais médicos na saúde.

Quero rebater a crítica de um colega de Plenário que falou aqui dos 39 ministérios da presidenta Dilma. Está publicado, no jornal *Estadão*, que o governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso teve 25 ministérios e que se gastaram R\$18.200.000.000,00, enquanto, com os 39 ministérios da Presidenta Dilma, gastaram-se R\$17.600.000.000,00. Ou seja, há muito mais serviço público, mais médicos, mais servidores, mais professores, mais universidades, mais atendimentos, mais políticas públicas para o nosso povo, e com menos gasto. Por isso defendo sempre o que o nosso governo fez e faz, e fará muito mais. Parabéns, deputado Pompílio.

O deputado Pompílio Canavez* - Obrigado, deputado Elismar.

Quero falar um pouco também do Lago de Furnas, no Sul de Minas, um dos maiores lagos de hidrelétrica do Brasil, que foi até um dos maiores do mundo. O Lago de Furnas está em uma região muito importante, possui 34 municípios às suas margens. Com a estiagem e o aumento do consumo de energia pelos brasileiros, já que o desenvolvimento do nosso país faz aumentar o consumo em cerca de 4% ao ano, o nível das águas do lago está muito baixo. Metade do reservatório está vazio, e isso traz um prejuízo muito grande para a nossa região, para quem precisa da água para a agricultura e o turismo; prejuízo para os pescadores - aliás, na semana passada, realizamos aqui audiência pública para debatermos a aquicultura e a pesca -; para quem cria peixes no lago, enfim, para quem precisa da água para viver em nossa região. No dia 21 deste mês, terei uma reunião com o presidente de Furnas e, depois, com o presidente do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS -, que determina a quantidade de energia produzida e onde ela será produzida, a fim de tratarmos desse assunto.

Levaremos novamente nossa reivindicação histórica do Lago de Furnas. Se a água do lago chegar ao limite de 60% de sua capacidade, como se um copo d'água chegasse a esse limite e não pudesse mais baixar, e parar de produzir energia, devem-se buscar alternativas de produção de energia, para que nossa região não sofra tanto com os prejuízos. Recentemente representantes da Alago, Associação dos Municípios do Lago de Furnas, estiveram com o governador Anastasia solicitando do governo do Estado maiores investimentos no turismo da região. É importante que os governos federal e estadual entendam que, além das atividades dos empreendedores, é preciso investir em ações para que o turismo aconteça.

Como tive pouco tempo, condensei as informações, porque não poderia deixar de rebater as alegações feitas a respeito do Mais Médicos, que é um programa profundamente acertado, que os brasileiros aprovam e que está só no começo. No ano que vem, haverá mais médicos e, com certeza, maiores investimentos na saúde. Com a aprovação da lei de iniciativa popular, de que, aliás, fui um dos autores, poderemos melhorar bastante a saúde no nosso Brasil. Era isso que queria dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

* - Sem revisão do orador.

O deputado Rogério Correia* - Presidente, deputado Hely Tarquínio, deputado Pompílio Canavez, senhores e senhoras que nos visitam e nossos telespectadores da TV Assembleia, hoje tinha preparado um pronunciamento para falar um pouco sobre meu partido, o Partido dos Trabalhadores, e sobre o processo que o PT vive hoje de renovação das suas direções. No próximo domingo, haverá eleições para a direção nacional do partido em todo o País e para direções estaduais e municipais. Para se ter uma ideia, em Minas



Gerais, quase 800 municípios renovarão as direções do partido. Aqui, no Estado, teremos uma nova direção estadual, e sou candidato a presidente do PT em Minas Gerais.

Eu ia fazer hoje um pronunciamento acerca dessas eleições, explicar o motivo da minha candidatura, vinculando-a à reforma política e ao fortalecimento dos partidos, e o motivo de eu ter aceitado o desafio de presidir o PT em Minas. Aliás, sou fundador do PT, fui vereador por 10 anos, já estou no terceiro mandato de deputado estadual, fui dirigente do Ministério de Desenvolvimento Agrário em Minas, nomeado pelo ex-presidente Lula, a quem ofertei o título de Cidadão Honorário, além de ter sido presidente do PT em Belo Horizonte. Meu pronunciamento de hoje seria feito nesse sentido, mas, presidente e deputado Pompílio Canavez, resolveu mudar o assunto que abordaria desta tribuna por algo muito grave que ocorreu na Assembleia Legislativa nestes dias: um verdadeiro golpe. Foi um golpe dado pela base de governo Anastasia, que se prepara para acabar com o Funpemp, que é o fundo dos servidor público. Vou explicar isso. Extinguindo esse fundo, retiraria dali o dinheiro de contribuição dos servidores públicos. Em outras palavras, Sr. Presidente, estão preparando o golpe para meter as mãos no dinheiro dos servidores do Funpemp.

É preciso que todos os servidores públicos prestem muita atenção nisso, tanto os servidores da Assembleia Legislativa quanto os do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Tribunal de Contas e do Ministério Público. Estamos assistindo a um verdadeiro assalto a um fundo criado por esta Casa Legislativa no governo Itamar Franco.

Sabemos que os fundos de previdência têm trazido muitos problemas. Aliás, os tucanos são os primeiros a ameaçar terminar com a previdência e a privatizar o sistema, pois, segundo eles, a previdência não caminha sozinha e o modelo de privatização é o ideal. Para eles, a palavra-chave é “privatizar”, acabar, terminar com o que chamam de “benesses” do serviço público.

O governador Itamar Franco teve o cuidado de criar um fundo, que aprovamos nesta Casa, em que os novos servidores deixariam sua contribuição e o governo também contribuiria com a sua parte, religiosamente. E, para que não pusessem as mãos nesse fundo, apresentei uma emenda, aceita na ocasião pelo governador Itamar Franco e pela unanimidade desta Casa, dizendo que esse fundo jamais poderia ser extinto, a não ser que os servidores públicos, em plebiscito, permitissem que o dinheiro do fundo fosse retirado para outras finalidades. Portanto, a emenda do plebiscito foi aprovada, e só assim seria possível mexer no dinheiro do Funpemp.

Isso, com certeza, garantiria ao servidor público uma aposentadoria tranquila, sem precisar de outros aportes financeiros, sequer do caixa do Estado, porque, de dois em dois meses, o fundo tem um depósito de aproximadamente 1,4 bilhão, recursos do bolso dos próprios servidores, pelo critério do desconto. Esse fundo já estava sendo acumulado, já tinha um montante razoável.

Na semana passada ou retrasada - não sei a data certa porque foi feito aqui na calada da noite, de maneira sorrateira, pois nem o conjunto das bases do governo sabe disso, e duvido que os deputados Hely Tarquínio e Doutor Wilson Batista saibam do que aconteceu -, fizeram uma emenda no 2º turno alterando pretensamente o *caput* de um artigo para incluir outros servidores no Funpemp, especialmente a Defensoria Pública, para aportar ao Funpemp mais recursos advindos de outra categoria. Essa era a emenda singela, que foi aprovada por todos nós. Mas, escondida atrás dela, veio outra emenda que extinguiu exatamente o parágrafo que estabelecia a necessidade do plebiscito para acabar com o fundo. Isso foi tirado na calada da noite, de maneira sorrateira, como fazem os “traíras”, sem dizer nada a ninguém, sem que nós soubéssemos, sem que a oposição soubesse, sem que os deputados soubessem, mesmo os da base do governo.

E hoje, ou ontem, foi lido aqui o golpe final do governo. Por meio de projeto de lei complementar, o governo anunciou um projeto de lei em que fica extinto o Fundo de Previdência do Estado de Minas Gerais - Funpemp -, instituído por lei complementar de 25/3/2002. Fica extinto. Extinguiu-se o fundo, que será juntado com outro fundo antigo dos servidores, que é deficitário, e o governo não mais depositará de dois em dois meses 1,4 bilhão que os servidores tiram do seu bolso para sustentar a sua previdência.

Isso para, depois, no futuro, os tucanos dizerem: “Estão vendo? A previdência é deficitária, é preciso acabar com ela e fazer previdência privada”. E senador, governador e tucanos vão falando para acabar com a previdência pública, para privatizar tudo. E ficam naquele “lero-lero”.

O que farão agora com esse dinheiro do Funpemp, que está sendo extinto? Vão pagar o 13º salário, porque o governo não tem recurso para pagá-lo. É o maldito choque de gestão que fez falir Minas, que quebrou Minas. Você tem razão, Aécio quebrou Minas. Como não tem dinheiro para parar o 13º salário, está metendo a mão no dinheiro do próprio servidor público, um golpe baixo.

Para não dizermos mais essas coisas, vem outro golpe aí, presidente. Agora é o golpe do Regimento Interno. Ficam dizendo que ele precisa ser alterado, alterado para bajular o governo, para diminuir ainda mais o papel do Parlamento, que está, como sempre, esvaziado. Deputados, em sua base, estão prometendo emenda parlamentar para lá e para cá. É isso que está virando este parlamento. É o governo tucano esvaziando tudo. Esvazia até os cofres do fundo do servidor. É de deixar qualquer um irritado.

Meu assunto hoje era outro, mas não posso assistir passivamente o governo roubar o dinheiro do servidor público para depois querer privatizar a Previdência e acabar com a aposentadoria pública. Isso que está sendo feito aqui é ladroagem. É isso o que está sendo feito. Vamos resistir ao máximo. Deputado Sávio Souza Cruz, devemos entrar com obstrução absoluta, até o governo voltar com algo que foi aprovado nesta Casa, com apoio dos servidores, com galeria cheia à época, para garantir que no fundo de previdência o governo não ia meter a mão. Tiraram isso na calada da noite. Nem para avisar, nem para dizer que tínhamos de resistir a isso. Essa é a forma, o *modus operandi* do governo tucano. Nem os deputados do governo sabiam disso.

O deputado Sávio Souza Cruz (em aparte)* - Deputado Rogério Correia, quero cumprimentar V. Exa. Acho que estamos chegando ao fundo do poço. O governo, como sabido, está absolutamente quebrado. Minas Gerais quebrou. Aécio Neves e sua campanha obsessiva quebraram Minas Gerais.

Agora um fato gravíssimo, que consegue ser mais grave que a forma como foi implantado. O que está em curso é uma forma de permitir ao governo do Estado que tome para si o dinheiro que é descontado, religiosamente, todos os meses da conta do servidor para compor um fundo para sua aposentadoria. O que agora está sendo roubado em Minas Gerais é uma forma o futuro do servidor público. Aproveito este aparte a V. Exa. para dizer isso, que nenhum jornal registrará, que nenhuma rádio de grande circulação registrará, que nenhuma televisão de Minas registrará. Aqueles poucos mineiros servidores públicos que nos acompanham pela TV Assembleia devem ficar sabendo que o governo está se preparando para roubar o seu futuro e a segurança de sua família. O dinheiro



que é tirado da sua conta, mês a mês, para garantir seu futuro e o de sua família, será lançado nos cofres do governo para que ele pague o 13º salário, para que essa bomba só venha explodir depois das eleições. A preocupação única, o foco exclusivo é a campanha do Aécio.

Esse estouro das contas de Minas não pode se tornar público antes de outubro, então vale tudo. Vale até mesmo surrupiar os recursos dos servidores públicos. Isso ainda é feito da forma mais grave. Nos parlamentos, nas casas legislativas existem as posições antagônicas, mas não existe golpe, a esperteza, a malandragem. Uma emenda que ninguém leu é votada sorrateiramente na undécima hora. A forma agrava o conteúdo. O conteúdo por si só já é da maior gravidade. Reputo o talvez mais grave fato desta legislatura: a ameaça iminente ao futuro dos servidores de Minas, só para não tornar público que Minas está quebrada, o que só pode ocorrer depois de outubro. Têm de lançar mão de tudo agora, até do dinheiro do servidor, mão não podem deixar que o Brasil saiba que Minas quebrou.

Agora, vão roubar o dinheiro do servidor, vão dar o golpe na Casa Legislativa, vão votar na undécima hora e vão pegar um regimento-rolha para impedir que haja discussão. Nem isso vai poder acontecer aqui. Agora, vai ser “na rolha”: mandou para cá, *pá!*, votou, porque agora tem de se garantir tudo. Até o secretário-geral da Mesa vai dar entrevista para dizer que o processo está lento. Ele tem de ser rápido, tem de ser tudo no esquema Ben Johnson: rápido e viciado, para garantir tudo, todos os instrumentos, para manter a farsa, manter esse teatro, manter essa mentira que está sendo vendida ao Brasil há 11 anos. E, para isso, se for necessário roubar o servidor, enterrar esta Casa, acabar com as tradições centenárias do Legislativo mineiro, que tudo se dane, mas a campanha do Aécio não pode prescindir do sigilo do roubo das contas. Isso não se pode tornar público.

Vamos resistir, sim, deputado, mas, precisaremos mais que as forças do Bloco Minas sem Censura, precisaremos que haja alguma consciência, algum interesse público, algum compromisso dos mineiros também com os deputados da base, algum compromisso com o cargo que eles juraram exercer nos termos da Constituição e em nome do povo de Minas, e não em vassalagem a uma candidatura desesperada, desavergonhada à Presidência da República hoje, que põe Minas, põe até o dinheiro do servidor no bolso para fazer a campanha do senador. Muito obrigado.

O deputado Rogério Correia* - Muito obrigado, deputado Sávio Souza Cruz. Dissemos aqui, em alto e bom tom; acho que pelo menos o Ministério Público deve escutar.

Duas outras notícias que o Ministério Público deve escutar para nos ajudar: em 10 anos, Minas contraiu dívidas de 19 bilhões. Em 10 anos de governo do PSDB, 19 bilhões; é o que se contraiu de dívida, a tal dívida de Minas. Isso faz de Minas o segundo estado mais endividado do País. Minas tem mais dívida que o Estado de São Paulo.

Ministério Público, não falo para a imprensa mineira porque isso não é manchete para ela: economia de Minas fica em 22º lugar e tem um PIB negativo em dois trimestres consecutivos. Isso arranha a vitrine de Aécio em Minas. Isso é da *Folha de S.Paulo*, porque os jornais daqui dão outras notícias. Até hoje falam do PIB da China, só não se sabe onde encontrá-lo.

Agora, para sustentar a mentira do choque de gestão, lá vai o dinheiro do servidor público. A Renata Vilhena esteve aqui ontem. Foi uma pena eu não saber disso anteriormente, porque senão eu perguntaria a ela se esse é o choque de gestão de quarta geração que ela está prometendo ao servidor, agora retirando do fundo de previdência o dinheiro do servidor público. Lamentável, lamentável atitude do governo, na calada da noite e de maneira sorrateira. Sr. Presidente, vamos fazer a obstrução desse processo.

* - Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATO DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 11/11/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou o seguinte ato relativo a cargo em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Dalmo Ribeiro Silva

exonerando Leandro Bão Ribeiro do cargo de Atendente de Gabinete, padrão VL-21, 8 horas.



ERRATA

PARECER PARA TURNO ÚNICO DA MENSAGEM Nº 548/2013

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 9/11/2013, na pág. 43, nas assinaturas, onde se lê:

“Jayro Lessa, presidente - Luiz Humberto Carneiro, relator - Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Tiago Ulisses”, leia-se:

“Jayro Lessa, presidente - Tiago Ulisses, relator - Lafayette de Andrada - Ulysses Gomes - Luiz Humberto Carneiro”.